

EM TEMPO:

Publicação da tendência Democracia Socialista do PT

Somos todos Lulas

A Frente Brasil Popular polariza na reta final e enfrenta o ataque concentrado das classes dominantes

O escândalo da privatização da Petrobrás

Dez anos de revolução sandinista

A Frente Brasil Popular e a fúria dos deuses

Sem terra: o salto para o futuro

Nilton Candim/ Fóton



Novembro de 1989 — N.º 240 — NCz\$ 5,00

Lula faz o sinal da vitória no grande comício da Cinelândia, Rio de Janeiro

O comício da reforma agrária na Natalino, RGS



Assine **EM TEMPO**

Um jornal
solidário
com a
Revolução
Sandinista

Quero assinar o **EM TEMPO** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: NCz\$ 100,00 () Normal: NCz\$ 60,00

Nome: _____

Endereço: _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Telefone _____

Recorte e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Artur de Azevedo, 556 — CEP 05404 — São Paulo.



As resoluções da Conferência Nacional da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores.

Para receber, envie um cheque nominal à Editora Aparte Ltda., no valor de NCz\$ 10,00

EM TEMPO:

Uma publicação da
tendência Democracia Socialista do PT

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Islac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Ronaldo Barbosa, Sérgio Moura, Tatau Godinho, Tomás Matta Machado.

Jornalista Responsável: Américo Antunes. Reg. MTPS n.º 2.769.

Diagramação: Adelaide Jóia

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Arthur de Azevedo, 566, Pinheiros — São Paulo. CEP 05404. Fone: 853-8880 CGC n.º 46.093.001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329, sala 12, CEP 30.180. Fone: 226-0646. Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618, loja 4. Bonfim: CEP 90.210. Fone: 27-4642. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117, sala 1.414. CEP 20.031.

Editorial

Somos

A campanha entra na reta final com o desafio de sustentar a vigorosa ascensão da Frente Brasil Popular diante da onda de ataques

e manobras das classes dominantes.

As eleições presidenciais são, sem dúvida, o nervo exposto da grave crise vivida pela sociedade brasileira. Nelas estão se travando uma duríssima disputa pelos rumos do país. No seu interior, estão ocorrendo grandiosos deslocamentos de consciência.

São um grande fato da luta de classes: nelas estão se processando alterações profundas da correlação de forças entre os trabalhadores e as classes dominantes.

O início da ascensão da Frente Brasil Popular é uma demonstração espetacular de toda a tensão que está contida nas eleições.

Ela desencadeou de imediato a intervenção espúria e agressiva de Mário Amato, o presidente da principal entidade patronal do país. A declaração do presidente da Fiesp referente à fuga de oitocentos mil empresários tem o sentido de ser uma chantagem política com intenções de influenciar o voto de setores médios com a ameaça do caos. E funciona objetivamente como um estímulo público à fuga maciça de capitais.

Se tem o traço pessoal da truculência do presidente da Fiesp, a declaração não pode ser entendida, no entanto, como mero destempero verbal. De fato, nos mesmos dias o dólar no paralelo saltava para patamares vertiginosos, refletindo a corrida desenfreada por moeda não depreciável e passível de ser transferida para o interior.

O nervosismo empresarial agitou o frágil acordo de preços entre Mailson e os monopólios e oligopólios. A pressão sobre o ministro da Fazenda redobrou: discute-se a viabilidade de um novo choque heterodoxo, que vindo de um governo demoralizado e em fim de mandato, pode, ao invés de conter, acelerar o processo de corrida para um estágio agudo de hiperinflação.

De forma tímida, a idéia da reintrodução do parlamentarismo começa a ser discutida por políticos mais afoitos. Um ministro militar vem a público declarar que as Forças Arma-

das respeitarão a Constituição caso Lula vença as eleições (e a declaração em si tem um significado mais forte que o seu conteúdo).

Polarização política

O início da ascensão da Frente Brasil Popular provoca igualmente mudanças profundas na cena eleitoral.

A primeira delas foi a introdução da candidatura Silvio Santos na disputa. É uma aventura no interior da aventura, um lance de tudo ou nada de um jogador desesperado. Uma tentativa de solução truculenta e desajeitada com resultados mais perigosos do

fazem a fortuna de seus pastores — a candidatura Silvio Santos nasce sob o bombardeio da Fiesp. empenhada em segurar a queda de Collor a todo custo.

A outra alteração foi a criação de uma polarização ideológica mais clara entre as candidaturas. Collor, Caiado, Maluf e Afif disputam a bandeira do anti-petismo. As posturas populistas e demagógicas vão cedendo o lugar à face horrível, ao ódio de classe que move estas candidaturas: vemos, por exemplo, Caiado na TV atribuindo a si a aura de vencedor, do agente capaz de eliminar as esquerdas. Os ataques ao PT crescem em grau, gênero e número.



Raul Pont em Porto Alegre: furando o bloqueio do brizolismo

que imprevisíveis para as classes dominantes.

O exame da origem e do encaminhamento da candidatura Silvio Santos explica muita da crise política aguda de direção que as classes possuidoras estão vivendo. Pelas notícias veiculadas, ela teve origem no porão do Palácio do Planalto: em uma reunião com a presença do ministro do SNI, do ministro do Exército, de Aureliano e do presidente do PFL.

Bombardeada pelo ministro Antonio Carlos Magalhães, o episódio gerou a reação de Aureliano e a contra-ofensiva da poderosa Rede Globo; direcionada para uma legenda de aluguel — possuída por um representante deste submundo das religiões de apelo popular que

É neste ambiente de instabilidade eleitoral e de guerra ideológica aberta que a Frente Brasil Popular está chamada a se impor, a manter a chama de seu crescimento.

O segundo turno

A força irresistível dos mais de cem mil militantes em campanha (é difícil dimensionar exatamente este número, pois ele está em um processo muito dinâmico de expansão), a dinâmica autofágica que consome as candidaturas burguesas, o ardente despertar de esperanças provocado pelo início da ascensão eleitoral de Lula/Bisol indicam que o mais provável é que caminhemos para o segundo turno.

todos Lulas

Seria irresponsabilidade, no entanto, descartar hoje a hipótese menos provável de que não cheguemos lá, dar por concluída uma vitória que precisa ainda ser consolidada nestes dias de fogo que nos separaram do 15 de novembro.

Caso esta hipótese — julga-se por nós menos provável — ocorra, o principal desafio que teremos de nos defrontar é o de armar o PT para resistir à pressão política do brizolismo, para defender o imenso capital de independência de classe construído com tanto sacrifício e esforço ao longo destes últimos dez anos.

Caso se confirme a tendência forte de que caminhemos para o segundo turno um conjunto de desafios táticos de grande envergadura nos esperam. O PT, na vertigem dos acontecimentos, terá de armar as pontes para a vitória eleitoral definitiva e se construir como governo do país.

Contra-ofensiva

Mas é sobre o **agora**, o **já**, este momento concentrado de definições políticas fundamentais, que devemos nos debruçar.

Os últimos dias foram marcados pela chuva de fogos contra nós, a partir do desabamento da favela "Nova República" e do caso Lubeca. Devemos nos portar diante destas calúnias com a **serenidade** e o **vigor ideológico** de quem já passou pelos episódios de Leme, dos assaltos ao banco de Salvador e de quem passará por tempestades de difamações ainda mais fortes.

Estas calúnias são o espelho invertido, a imagem projetada de quem nos acusa. Maluf, este símbolo da anti-civilização, este porta-voz da barbárie que jogou dezenas de milhões de brasileiros no calabouço da miséria vir nos acusar de co-responsáveis por mais uma tragédia causada pela ambição de lucros de uma corretora de imóveis? Caiado, o chefe de uma máfia de latifundiários que praticou os assassinatos mais vis e covardes contra trabalhadores rurais vir nos difamar de corrupção?

Não temos porque hesitar: nestas eleições são eles quem estão no banco dos réus da história. Estas eleições são tendencialmente e cada vez mais um plebiscito contra a ordem capitalista vigente.

Temos de agir neste momento com a convicção de quem conquistou politicamente um lugar na história, estamos sendo sujeitos de um processo histórico de dimensões humanas tão grandiosas que é capaz de revelar os sentimentos morais mais íntimos das nossas classes dominantes: a sua indignação moral, o seu espírito, estreito, a sua consciência culpada.

Vencer completamente as hesitações, continuar com energia à nossa ofensiva no plano ideológico, político e organizativo: é assim que conso-

passagem da adesão passiva a um gesto de participação, de entrega. Um senhor de setenta anos que não perde o fôlego em uma ladeira longa e inclinada, correndo emocionado atrás da carreta que passa; um homem anônimo que pára, tira o seu relógio e o deposita no cesto que recolhe os fundos para a campanha.

É deste despertar de energias, a partir de gestos assim, que vamos construindo a possibilidade de uma vitória que desafia o senso comum, os números tabulados das pesquisas

passagem da luta eleitoral à luta política de massas, em que a polarização social cresce, em que os empresários passam a usar mais diretamente o seu poder econômico esta paralisa da CUT joga de forma muito desfavorável para os trabalhadores.

Um esforço concentrado de direção, de planejamento de iniciativas políticas e de mobilização deve ser feito para que o movimento sindical requalifique a sua atuação na conjuntura. É importante notar que o setor do movimento popular

res certamente se relacionam às debilidades de centralização política da campanha (a inexistência de um jornal voltado para este fim, à fraqueza dos núcleos de base do PT).

Se temos a possibilidade de entrar em conflitos sociais de grande envergadura que testarão a fundo nossa consistência, só podemos nos preocupar com esta falha da campanha. Mas ainda há tempo de corrigi-la, temos de corrigi-la.

Milhões de Lulas

Todo este, desafio organizativo, no entanto, tem de ser entendido à luz de uma postura nova que deve se generalizar cada vez mais.

É a hora de fazer a passagem para a formação de uma vontade subversiva poderosa, transformar a nossa força social em força política.

Para a vanguarda, trata-se de superar, jogar no lixo, todas as marcas corporativistas, estreitas que ainda aprisionam a nossa prática política.

Para os milhões e milhões de novos membros da Frente Brasil Popular, trata-se de levantar a cabeça, pôr de lado o peso da opressão e das humilhações que aviltam a dignidade, estender o alcance da vista e contemplar a vida nova que poderemos criar.

Somos, cada um de nós e todos juntos, milhões de Lulas.



Alberto Williams/ Foton

Lula no grande comício em Santo Amaro, São Paulo

lidaremos esta vitória eleitoral de tanta significação para os trabalhadores brasileiros.

Fenômenos de massas

Mais além da chuva de calúnias, há um outro fenômeno em gestação que é muito mais decisivo.

A força de massas dos comícios da Frente Brasil Popular, a emergência em vários cantos do país e em várias situações de manifestações espontâneas de energia popular, a repetição de gestos e atitudes individuais que têm um caráter simbólico forte indicam que a luta eleitoral está começando a ganhar contornos de luta política de massas.

Cada um dos militantes da Frente Brasil Popular, em seu mergulho cotidiano nas esferas não organizadas do solo popular, têm já para contar histórias fortes da consciência democrática em evolução, da

e o ceticismo frio dos calculistas de plantão. Os comícios finais da Frente Brasil Popular prometem ser explosões localizadas de energia popular, eventos grandiosos da luta de classes.

O desequilíbrio

A opção concentrada por depositar todas as energias militantes na campanha, a dificuldade da direção da CUT em dar prosseguimento à experiência da greve geral de 14 e 15 de março — única forma de realizar a fusão orgânica do movimento sindical com a luta política pela direção do país — levou a que o movimento sindical apresentasse neste período final da campanha uma postura muito pouco ativa (as greves em curso são fenômenos importantes, mas localizados).

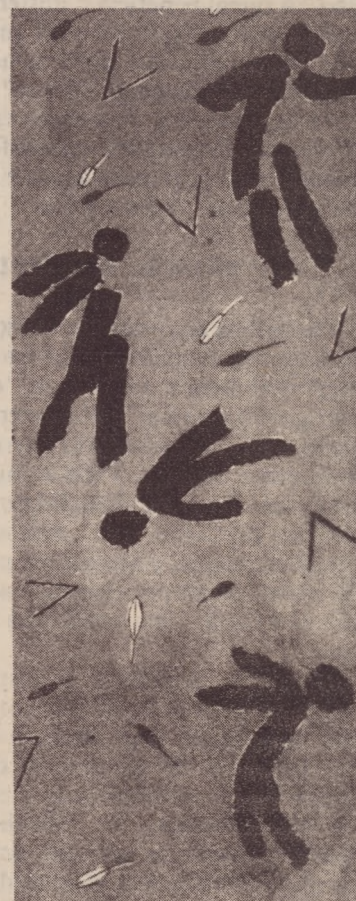
Em um momento em que se notam indícios de início da

que mais ousou nesta conjuntura é o dos sem-terra, realizando dezenas de ocupações heróicas, politizando ao máximo a luta pela reforma agrária.

Comitês populares

Uma outra debilidade da campanha vem sendo indiscutivelmente o processo de formação dos comitês populares. Corre-se o risco de criar uma defasagem eleitoral muito perigosa entre a expansão eleitoral e capacidade organizativa. Desdenha-se o potencial de militância organizada de dezenas de milhares de novos ativistas.

Na verdade, a formação dos comitês populares foi tratada até agora quase como um apelo propagandístico e não como um desafio organizativo em todas as suas dimensões. Esta dificuldade de massificar a formação dos comitês popula-



O escândalo da privatização

A denúncia em primeira mão das informações e documentos que comprovam a mais escandalosa ação privatizante posta em prática pelo governo Sarney: um plano sigiloso que passa pela desmontagem das estruturas técnicas da Petrobrás e chega até à transferência maciça de atribuições e recursos para empresas privadas nacionais e estrangeiras.

Isaac Akcelrud

No dia 11 de maio de 1988, o então presidente da Petrobrás, Ozires Silva, assinou uma ordem de serviço nomeando um grupo de trabalho incumbido de fazer uma relação de empresas do Sistema Petrobrás a serem privatizadas, segundo "orientação governamental sobre a matéria". O grupo integrado pelos altos funcionários Mario da Silva Oliveira, Ronaldo Ferreira Gomes e Roberto Gomes da Costa, dos serviços Financeiro, Jurídico e de Planejamento, dispôs de apenas 30 dias para apresentar o relatório, em seguida aprovado pelo Conselho de Administração a 11 de maio de 1988. Tudo a toque de caixa.

Fica, pois, evidente que, há mais de um ano, existe um plano de privatização de empresas do Sistema Petrobrás, de acordo com "orientação governamental". A ordem de serviço é conhecida em todos os corredores e salas do edifício-sede, na Avenida Chile, Rio de Janeiro. Mas o trabalho daquela comissão de privatização, devidamente aprovado, é um segredo guardado a sete chaves. Por que a direção da Petrobrás esconde seu plano de privatização? A quem beneficia o mistério? Em que termos se exprimiu e em que se baseia a "orientação governamental"? Por que a urgência de 30 dias?

O governo e a Petrobrás estão na obrigação irrecusável, intransferível e inadiável de responder agora e já a estas perguntas. A hora é esta.

Privatização por dentro

Os termos da ordem de serviço parecem muito cautelosos. Coloca toda a responsabilidade numa vaga "orientação governamental". Recomenda respeito à lei e aos superiores interesses da empresa e do país. Uma camuflagem histórica digna dum candidato ao ministério de Collor. Em realidade, pretende enquadrar e ajustar um processo de privatização por dentro, mantendo as aparências, em curso há alguns anos.

O modelo de política de pessoal, em vigor na Petrobrás, permanece o mesmo implantado pela ditadura militar, em benefício da penetração das empreiteiras. Já vai avançado o processo de transformação da Petrobrás em banco pagador de serviços disfarçado de monopólio estatal. Esta evidência já se manifesta ao longo de toda a organi-

zação da empresa. Começamos pela área do refino, a mais visível para a população.

Nesse campo vital do processo produtivo, para cada funcionário da Petrobrás existem três trabalhadores explorados pelas empreiteiras. Na área do refino só 25% da força de trabalho empregada pertence à Petrobrás. Isto significa:

1 — Três quartas partes da força de trabalho da Petrobrás estão excluídas do seu sistema de treinamento, o que cria graves riscos para o trabalhador e para o patrimônio.

2 — Passam aos cofres das empresas privadas 75% das despesas de custeio. As empreiteiras pagam salários bem inferiores aos da Petrobrás, mas cobram da empresa um preço muito acima do valor do mercado e do que a Petrobrás paga a seus funcionários. Em resumo: superexploração do trabalho e extorsão da Petrobrás.

3 — A contratação de empreiteiras penetra em todo o universo da Petrobrás: serviços médicos, alimentação, transporte interno, serviços administrativos.

Entre as grandes empreiteiras figuram a Montreal Engenharia, onde pontifica Sergio Quintela (do PFL), a Andrade Gutierrez, a Mendes Junior, a Camargo Correia, a Norberto Odebrecht.

Pesquisa e lavra

É uma área menos visível à opinião pública, um cenário de choque, às vezes aberto, entre os trabalhadores e técnicos, de um lado, e a "orientação governamental", do outro. Exemplo disto foi o atrito entre a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) e a direção da empresa por causa da projetada extinção do Grupo de Pesquisas Marítimas (GPEM).

As explicações da empresa não foram satisfatórias, pois está "em risco precioso acervo tecnológico". Os engenheiros argumentam:

"O GPEM é o órgão que absorveu e reuniu em seus quase doze anos de existência toda a tecnologia das unidades móveis marítimas bem como da perfuração a partir dessas unidades, nos vinte anos de trabalho da Petrobrás na Plataforma Continental Brasileira. Sua operação e toda conduzida por especialistas da Companhia, posição que levou tempo para ser concretizada face à dificuldade enfrentada pelo

GPEM para a formação de especialistas no país capazes de substituir uma mão de obra estrangeira altamente sofisticada".

A quanto montará o prejuízo causado por essa medida inspirada por "orientação governamental"? Ora, mostram os engenheiros que "o GPEM opera hoje 19 unidades móveis marítimas, o que significa a participação direta da Petrobrás num mercado de 140 milhões de dólares anuais. Mais ainda, "trata-se do único grupo brasileiro com reconhecida experiência" de trabalho em águas profundas com o "uso maciço de unidades semi-submersíveis", exatamente o caso da bacia de Campos. É aí que as empreiteiras estrangeiras querem entrar sob o disfarce de servir ao monopólio estatal.

Também sob ameaça de extinção, se já não foi extinto, está o NESEP, "órgão depositário de toda tecnologia na área de serviços especializados de perfuração" para que estes voltem a ser feitos por companhias internacionais.

Fechado para brasileiros

A depredação privatizante já atingiu também o Centro de Pesquisas (CENPES) crescentemente substituído por empresas prestadoras de serviços em projetos, desenho industrial, processamento de dados, análises laboratoriais.

1 — Intensificação dos trabalhos de aquisição sismográfica no mar e em terra. Isto é, a técnica de mapeamento para localização de jazidas.

A Petrobrás já fez este trabalho com seu próprio pessoal técnico. Hoje, esse trabalho está quase integralmente nas mãos de empreiteiras internacionais em parceria com empresas nacionais minoritárias, como a Promon e a Themag.

2 — Processamento digital de campo, isto é, a passagem para o computador dos dados colhidos na fase antes descrita de "aquisição". Já chega a 50% a parte desse trabalho transferida para empreiteiras como a "Western Geophysical", americana.

Embora a Petrobrás disponha, desde 1987, de um dos maiores computadores científicos do mercado mundial — o IBM-3090 — que lhe custou 50 milhões de dólares — o equipamento está sendo subutilizado, em benefício das empreiteiras. É um exemplo de transferência gratuita de informações básicas aos americanos da Western Geophysical e outros. Fecha o mercado de traba-

PETROBRÁS
BI-18/88

PRESIDENTE OZIRES SILVA
*ORDEN DE SERVIÇO Nº P-05/88

O Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS,
no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I - Criar um Grupo de Trabalho para, tendo em vista a orientação governamental sobre a matéria, submeter a esta Presidência a relação de empresas do Sistema Petrobrás que possam ser privatizadas, sugerindo as medidas cabíveis, resguardados os preceitos legais pertinentes e os superiores interesses da União e da Petrobrás.

II - Designar os seguintes membros para integrarem o referido Grupo, que funcionará sob a coordenação do primeiro:

- MÁRIO DA SILVA OLIVEIRA - Chefe-Adjunto Financeiro do SEFIN;
- RONALDO FERREIRA GOMES - Chefe-Adjunto do SEJUR;
- ROBERTO GOMES DA COSTA, Chefe-Adjunto do SERPLAN.

III - Fixar o prazo de 30 dias, a partir desta data, para apresentação de la fase do trabalho.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1988.

OZIRES SILVA
Presidente

*PORTARIA Nº P-20/88

O Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS,
no uso de suas atribuições,

- 11 -

A ordem de Serviço nº P-05/88, de 11 de maio de 1988, que determina a criação de um Grupo de Trabalho visando a privatização de empresas do Sistema Petrobrás.

lho para mão de obra nacional altamente qualificada e desencoraja a formação de novos especialistas brasileiros.

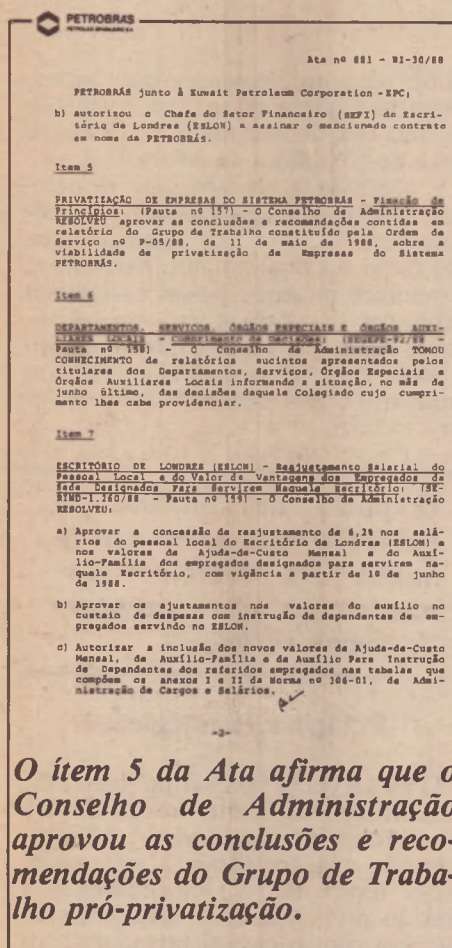
Escândalo na perfuração

Para os leigos (por enquanto) basta saber que existem dois tipos de perfuração de poços de petróleo: a) — poços de exploração e b) poços de desenvolvimento de campos de petróleo já descobertos, isto é, para entrarem em produção comercial.

Na perfuração de poços de exploração, a participação das empreiteiras privadas duplica as despesas. Com sondas adquiridas em concorrência pública para um poço de 3.500 metros de profundidade, por exemplo, o poço custaria 2,5 milhões de dólares. Mas qualquer engenheiro da Petrobrás pode mostrar que o mesmo poço perfurado pela empreiteira custa mais do dobro e chega a 5,5 milhões de dólares. Qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito pode verificar a veracidade da denúncia sem grande esforço. Na área dos poços de desenvolvimento há um escândalo, porém, maior.

Numa recente reunião da diretoria executiva, foram oferecidos oitocentos técnicos da Petrobrás, altamente qualificados para a perfuração de poços de desenvolvimento. Estavam disponíveis em consequência dos cortes nos investimentos de produção. A proposta foi recusada. Então, foi sugerida outra fórmula: a entrega dos poços já com apetrechamento final para produção, o que também permitiria aproveitar

tização da Petrobrás



O item 5 da Ata afirma que o Conselho de Administração aprovou as conclusões e recomendações do Grupo de Trabalho pró-privatização.

aqueles oitocentos técnicos. Também esta oferta foi recusada. Tudo para entregar o mesmo trabalho às empreiteiras, como se pode ver pela ata de 03 de agosto de 1989 da diretoria executiva, que autorizou cinco contratações de serviços de completação de poços. Três contratos com a SOTEP, cada um por 730 dias (dois anos), em Alagoas e Sergipe, no Recôncavo baiano e no Espírito Santo. Outra empreiteira, a PERBRAS, foi contemplada com dois contratos de 540 dias (um ano e meio), em Alagoas e no Recôncavo baiano.

Mas isto não é tudo. Os contratos são retroativos a 1º de julho. Isto é, foram feitos para contestar uma situação de fato. Os quase mil técnicos estão "encostados" em algum canto para que a iniciativa privada possa faturar e prosperar. É o desperdício privatizante.

O Sistema Petrobrás

O Sistema Petrobrás é uma obra prima de simulação. Afinal, o governo achou um meio de privatizar, isto é, transferir recursos públicos para as burras dos grandes capitalistas, mantendo a fachada da Petrobrás como empresa estatal. O esquema é o seguinte:

O Sistema é formado por três tipos de empresa:

1 — As **subsidiárias**, nas quais a quase totalidade do capital votante é da petrobrás, como a Petroquisa, a Petrofertil, a Interbras, Braspetro, Petroquisa, BR e mais a Petrocoque e a Renave.

2 — As controladas, nas quais a Petrobrás tem mais de 50% do capital votante.

3 — As coligadas, nas quais a Petrobrás é muito minoritária — sempre muito menos que 50% — ante seus sócios multinacionais. Só multinacionais. A empresa estatal encobre a penetração das multinacionais sob o rótulo de "coligada" no Sistema Petrobrás. Estas empresas recebem a matéria prima, a nafta, a um preço inferior ao custo de produção ou de importação. É através deste canal que recursos da Petrobrás escorrem sem cessar para as burras das multinacionais. É uma quebra do monopólio estatal.

Não é de admirar, portanto, que o número de coligadas venha aumentando vertiginosamente. Eram 68 empresas em dezembro de 1985. Passaram a uma centena no ano seguinte. Em 1988 contavam-se 123 coligadas. Esse aumento de novas empresas aconteceu em plena recessão, num cenário de crise e falta de investimentos na economia. Basicamente, o setor químico privado dobrou em apenas três anos. À custa da Petrobrás. É o "milagre" econômico da ditadura militar em plena "Nova República".

Neste mesmo quadro de desvio de recursos para os imperialistas, insere-se a atividade da Braspetro que está investindo em áreas pertencentes aos países ricos. São investimentos da ordem dos cem milhões de dólares em zonas do Golfo sob controle americano e do Mar do Norte em área sob jurisdição da Inglaterra e da Noruega. Ao mesmo tempo, é alegada a falta de recursos para fazer injeção de água para recuperar os poços terrestres do Recôncavo. E a pesquisa e perfuração em território nacional são drasticamente reduzidas. É assim que eles administram o monopólio estatal.

Dívidas da Petrobrás

O diligente privatizador Mailson da Nóbrega está cobrando o que a Petrobrás deve à União. Ela embolsou o empréstimo compulsório sobre o consumo de gasolina. Recolheu e não repassou. Só pagou os cinco primeiros meses. Mas é preciso considerar também o que o governo deve à Petrobrás.

A relação de devedores destaca: a Eletrobrás e um punhado de empresas privadas do setor elétrico. A Petrobrás é fornecedora (ou doadora) de óleo combustível a um nutrido grupo de termo-elétricas; a Rede Ferroviária Federal e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; o próprio Conselho Nacional do Petróleo, que é obrigado por lei a ressarcir a Petrobrás pelos insumos dispendidos na produção e os custos de aquisição do cru importado. E não paga. A diferença de câmbio contra a Petrobrás chegou a ser de 23% num só dia; outro devedor oficial é a própria Secretaria do Tesouro que

assumiu as dívidas do sistema Siderbras, mas não paga um centavo.

Além de todos estes devedores, cabe um registro significativo sobre a dívida das Forças Armadas que gastam combustível fóssil em terra, mar e ar.

Sete irmãs

As principais empresas petrolíferas imperialistas são conhecidas internacionalmente como as "sete irmãs", cujo órgão oficial é a revista *Oil & Gas Journal*. Na edição do dia 10 de julho último passado, as "sete irmãs" deram seu recado sobre a Petrobrás em alenado editorial. Aqui citamos apenas os tópicos principais que definem os objetivos imperiais.

Começa lamentando o corte orçamentário a que a empresa foi forçada. Uma vergonha, disse o propósito *Oil & Gas Journal*. Lembra mais adiante que a economia brasileira depende da Petrobrás para se recuperar. Em 1987, revela, quando a dívida externa chegou a 124 bilhões de dólares, a Petrobrás teve um superávit de 19 bilhões de dólares, "o que possibilitou pagar juros e aumentar as reservas estrangeiras".

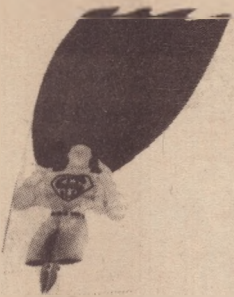
Os trustes imperialistas do petróleo declaram de sua tribuna oficial que

"técnica e geologicamente, a Petrobrás provavelmente pode encontrar as metas de produção que a levariam à auto-suficiência". Mas, acrescenta, "fiscal e politicamente, o assunto é diferente". O corte nos investimentos "colocou a auto-suficiência fora do alcance". Assim encaminha a proposta:

"Uma provável solução seria oferecer a exploração brasileira e os direitos de desenvolvimento a operadoras internacionais capazes de prover capital em quantidade que a Petrobrás não pode mais dispor para investir".

O resto é conversa de uma diplomacia de rapina. O esquema de depredação da Petrobrás, as campanhas contra o monopólio estatal que protege os recursos naturais do país contra os assaltantes imperialistas, o silêncio cúmplice sobre o processo de privatização por dentro da própria Petrobrás — tudo isto visa o desfecho proposto pelas "sete irmãs": se a Petrobrás alega falta de recursos, dinheiro não é problema, elas investem. É só privatizar.

A campanha de privatização visa a Petrobrás acima de tudo. As relações parciais publicadas servem também como despistamento. Essa campanha de privatização é peça da tática do lobby das "sete irmãs".



A fúria dos deuses e

Um balanço do enorme poder acumulado pelo grande capital e dos meios para enfrentá-lo.

Juarez Guimarães

Com a ascensão eleitoral de Lula, ganha atualidade e conceito "antimonopolista", gravado no programa democrático-popular pelo VI Encontro Nacional do PT. Ameaça feita pelo presidente da Fiesp, Mário Amato, é apenas um pálido eco do que o grande capital fará para defender seus privilégios.

Os grandes empresários começam a jogar abertamente com o seu poder econômico. A luta de classes ganha maior nitidez, extensão e profundidade.

É preciso compreender a real natureza deste poder orgânico da burguesia, que não pode ser confundido de modo algum com a crise devastadora de seus partidos políticos. Conhecer este vasto território de fortificações onde cessa o império das próprias leis burguesas e onde ainda não penetra a força do movimento operário.

Preços e mercados

O livro *A inflação brasileira* do professor da Fundação Getúlio Vargas, Antonio Carlos Marques Mattos, expõe o panorama da concentração de capitais no Brasil (ver quadros abaixo). Apenas 1,7% das empresas registradas no país — estatais, capital privado nacional e multinacionais — controlam mais da metade de todo o mercado industrial brasileiro.

Não há desmentido mais categórico à pretensão empresarial de opor ao rígido controle governamental dos preços o "livre jogo das forças de mercado". Em quase todos os setores da economia, uma reunião de quatro ou cinco empresários tem o poder de determinar a evolução dos preços. O Conselho Interministerial de Preços é impotente, seja por sua incapacidade de checar as planilhas de custos fornecidas pelas empresas, seja pela corrupção de seus funcionários, terminando por se transformar em um "Conselho Interempre-

sarial de Preços".

Este poder de controle sobre os preços é o fator número um para explicar a inflação estrutural e persistente que assolou a economia brasileira na década de oitenta. É através deste poder que o grande capital neutralizou do ponto de vista econômico a grande vaga de greves desta década: os preços correndo sempre à frente do reajuste dos salários.

Este poder dos oligopólios de gerar inflação, que cresceu mesmo nos períodos de recessão aberta, interfere abertamente na distribuição da mais-valia entre os vários setores do capital. É a vigência permanente de um mecanismo de espoliação dos pequenos e médios capitalistas em favor dos grandes.

Apenas 1,7% das empresas do país controlam mais da metade de todo o mercado industrial brasileiro.

Um exemplo marcante: de acordo com o presidente da Federação Nacional dos Distribuidores de Veículos Automotores (Fenabrave), os reajustes de preços dos automóveis em setembro superou a alta do ouro, do dólar no mercado paralelo, das ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo e do "over". Isto é, em plena véspera da hiperinflação o oligopólio da indústria automobilística disputa terreno com o mercado especulativo através do seu poder de remarcar os preços!

O controle dos oligopólios se exerce também sobre os mercados. Todos se lembram dos fenômenos agudos de desabastecimento no período do Plano Cruzado. A experiência demonstra que mesmo os tímidos mecanismos de controle de preços existentes capitulam, se detêm na porta das fábricas, se não intervêm sobre os estoques e os fluxos de produção.

Capital voador

Uma pesquisa que vem sendo realizada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) demonstra que se o Produto Interno Bruto (PIB) é três vezes maior que o de duas décadas atrás, é bem menor o número de proprietários do capital existente.

Duzentos conglomerados detêm hoje o poder real de determinar os rumos da economia brasileira. Eles acumularam ao longo dos últimos vinte anos, a propriedade de cem bilhões de dólares que hoje movimentam diariamente no "open market". Esse volume de dinheiro equivale a mais da metade de toda a poupança financeira interna.

Estes grandes conglomerados operam hoje com altíssimo nível de liquidez (dinheiro imediatamente disponível). Esta situação excepcional de liquidez pode ser explicada pela combinação de duas tendências: a manutenção ou, com mais frequência, o crescimento da rentabilidade apesar da estagnação da economia nos anos oitenta (graças, em grande medida, aos mecanismos de controle administrativo dos mercados); a diminuição sistemática da taxa de investimentos, isto é, o dinheiro ganho não retorna, em sua maior parte, ao investimento produtivo, mas se desloca para a conquista de posições nos vários mercados especulativos.

Em um momento de crise, o poder de controle sobre esta enorme massa de dinheiro pelo grande capital será vivido como um grande drama social. Não há sobre esta massa de capital hoje nenhuma forma de controle institucional; grande parte dela escapa, através de múltiplos artificios, ao poder do fisco; tem uma grande mobilidade e um enorme poder de influência sobre a economia real; dispõe de canais de comunicação abertos com o sistema financeiro internacional, isto é, pode praticar a fuga de capitais em massa — o Brasil já

é hoje reconhecidamente o país latino-americano que mais sofre a evasão de capitais (na década ela é avaliada em cerca de 60 bilhões de dólares).

É como se sobre nós, pobres mortais, assalariados que contabilizam penosamente a cifra dos cruzados que vão faltar no final do mês, tivessem-se acumulado nuvens espessas e sombrias habitadas por deuses irados e prepotentes. Eles, de fato, de imediato, têm o poder de gerar a penúria e a seca ou inundar o nosso mundo de bolas de fogo.

O poder de controle do grande capital sobre a economia será vivido no momento atual como um grande drama social.

Posições estratégicas

O Estado hoje no Brasil organiza diretamente a atividade econômica em três setores chaves: serviços públicos, química e petroquímica, siderurgia. Sobre todos eles foi desencadeada a pressão privatizante. O Estado divide também com o capital privado nacional e as múltiplas o controle da mineração.

Todos os outros setores estão em geral sob controle do capital privado, monopolista ou oligopolista. Em particular, os ramos automobilístico, farmacêutico, de higiene e limpeza, plásticos e borracha, auto-peças, bebida e fumo, informática (onde o capital multinacional domina 56% das receitas entre os vinte maiores do setor), distribuição do petróleo e material de transporte são controlados majoritariamente pelas multinacionais.

Esta visão de superfície tem de ser complementada com uma noção de profundidade. São exatamente os seto-

Grau de concentração das empresas (por setor)

Mineração metálica	Vidro e cristal	Prod. não metálicos	Siderurgia	Metalurgia	Equip. de escritório	Material elétrico	Construção naval	Veículos	Tratores e implementos	Aviões	Gás
nº empresa											
52	24	25	63	52	40	87	19	11	43	4	8
faturamento (bilhões)											
440	115	58	929	372	245	258	235	1.200	226	46	107
tipo											
monop. estatal	monop. estrang.	oligop.	monop. estatal	oligop.	oligop.	oligop. estrang.	oligop.	oligop. estrang.	oligop. estrang.	monop. estatal	oligop.
fator de concentração do setor											
50%	50%	68%	52%	53%	58%	41%	85%	89%	58%	80%	90%
principais empresas											
Vale (est)	Santa Marina (mult)	Magnesita (nac.), Norton (mult)	Sid. Nac. (est.), Cosipa (est.) Usiminas (est)	Cia Bras. Al. (nac.) Alcan (mult.), Alcoa (mult.) Eluma (nac.) Term. SP (nac.)	Xerox (mult.), Sharp (nac.), Olivetti (mult.), Cobra (est.)	Microlite (mult.) Siemens (mult.), Furukawa (mult.), Forest (mult.) Ficap (mult.), Inbrac (nac. concordatária)	Verolme (mult.), CCN (nac.), Ishibrás (mult.) Caneco (nac.), Emaq (nac.)	Mercedes (mult.), VW (mult.), GM (mult.) Ford (mult.), Fiat (mult.)	Caterpillar (mult.), Perkins (mult.), Valmet (mult.), Fiat-Alis (mult.)	Embraer	Supergasbrás (nac.), Minasgás (mult.) Liqigás (mult.), Ultragás (nac.)

a Frente Brasil Popular

res de ponta, os mais desenvolvidos tecnologicamente, os que determinam em grande medida os ciclos da economia, que estão mais sujeitos ao controle dos oligopólios. É mais: a maioria entre os duzentos grupos pesquisados pela Unicamp mantém sólidas posições no setor exportador, para onde se dirigiram em busca das magníficas oportunidades e favores governamentais oferecidos. Portanto, eles lidam na fronteira da economia brasileira com o resto do mundo, intervêm diretamente sobre o câmbio e, através do acesso ao dólar, afetam diretamente a expansão da moeda na economia.

A topografia do poder dos monopólios e oligopólios não pode ser desenhada através de uma divisão ingênua sobre o público e o privado, a partir de uma delimitação de fronteiras entre as estatais e o resto do mundo da economia. Como já se disse, o Estado brasileiro está hoje privatizado: o "privado" agarra o "público" por dentro, pelas entranhas. O artigo que publicamos nas páginas 4 e 5 é uma demonstração estupenda deste processo insidioso.

O grande capital não reina através de princípios olímpicos como quer a ideologia neoliberal. Ele corrompe ou seduz funcionários, armazena informações que deveriam ser de domínio público, estabelece associações espúrias, contrói um emaranhado de ligações duvidosas. É este reino do privado, por tantos anos construído — veias, músculos e ossos do grande capital no interior da vida estatal — que tem de ser desmantelado por um governo democrático e popular.

Monopólios e luta democrática

Todo este poder do grande capital não pode ser pensado como algo acima da luta de classes. O capital, como nos ensinou Marx, não é algo técnico: é uma relação social. Este poder dos monopólios pode ir sendo desconstruído,

desmontado e demolido a partir da alteração na correlação de forças entre as classes sociais, a partir da luta democrática do movimento operário.

Mantida a ascensão eleitoral da Frente Brasil Popular — para isso lutamos —, esta será uma luta antimonopolista de envergadura inédita na história do movimento operário. Um confronto de titãs que porá à prova toda a força de nossa ideologia, a nossa capacidade tática de operar deslocamentos e alianças complexos e rápidos, de promover um processo de auto-organização social de vastas proporções.

O Estado brasileiro está hoje privatizado: o "privado" agarra o "público" por dentro, pelas entranhas

A revista **Exame**, edição especial de balanço, de agosto passado, registra que dos cinquenta maiores grupos da economia brasileira, 26 podem figurar entre os quinhentos maiores do mundo. O Brasil já tem 32 empresas no time das que faturam mais de um bilhão de dólares anualmente. O poder orgânico destes grupos é muitas vezes superior, por exemplo, ao dos que transformaram a economia chilena sob governo Allende em um inferno a partir de 1972.

O ponto de partida básico para travar esta grande batalha é a idéia do controle social da economia, a luta pela introdução de restrições cada vez maiores ao poder dos monopólios em todas as suas esferas de intervenção (produção, distribuição e preços).

Quem esta abordagem do poder dos monopólios se faça como um itinerário que tem de ser percorrido da distribuição para a produção, isto é, a partir do problema da distribuição da renda, do controle dos preços, é uma vigorosa demonstração de que a luta socialista

deve ser abordada do pondo de vista democrático.

Em outras palavras: é a partir dos problemas colocados pela luta entre salários e preços que deve se construir a legitimidade da introdução de mecanismos de controle na esfera produtiva. E este transcrescimento da luta antimonopolista — do ataque às manifestações do poder dos monopólios para o seu poder em si — deve ser realizado — na verdade, só pode ser realizado — a partir da evolução da consciência democrática das grandes massas. São, por sua própria natureza, medidas que só podem ser implantadas com grande apoio e mobilização de massas.

Este viés democrático-radical de travar a luta contra o poder dos monopólios se opõe a duas outras visões.

A primeira delas consiste na ilusão ingênua — que se manifestou com força no processo de debate sobre a plataforma econômica do governo — de que seja possível estabelecer algum projeto orgânico e duradouro de "crescimento econômico com distribuição de renda" a partir de algum compromisso de mais amplitude firmado com o grande capital. A própria dinâmica dos fatos vai demonstrando como o capital monopolista reage com prepotência e brutalidade a qualquer ameaça de redução da sua margem de lucros.

A segunda é o sonho louco de aplicar de partida um programa maximalista (estatização integral das multinacionais, por exemplo). Isto significaria, de fato, isolar a luta antimonopolista da consciência democrática das massas e, como resultado, determinar de antemão o seu fracasso.

Opções estratégicas

Pela sua amplitude, a luta antimonopolista de massas impõe a opção por algumas definições estratégicas.






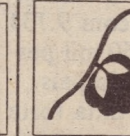



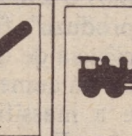


A primeira dela é que a extensão progressiva da esfera da economia sob controle social deve ser concebida como uma combinação de medidas institucionais com o processo direto de auto-organização do movimento operário e popular. Isto é, fazer uma abordagem daquelas fortificações do grande capital "por cima" e "por baixo".

A segunda definição estratégica é a de trabalhar de forma consistente para impedir que o grande capital manobre para unificar sob a sua influência a massa dos pequenos capitalistas. Isto requer tanto que a ação antimonopolista de massas seja concentrada, isto é, hierarquizada para isolar pontos-chave e bem definidos como também que ela seja acompanhada por uma política específica para a pequena burguesia urbana e rural, visando atraí-la para o campo antimonopolista.

A terceira definição estratégica é a de conceber a luta contra o capital monopolista do pondo de vista internacional. O terreno econômico da disputa desde o início se internacionalizará em função do confronto com os grandes bancos internacionais e, assim, de partida deve se estabelecer um plano de iniciativas organizativas e diplomáticas para apoiar as medidas internas que um governo democrático e popular terá que tomar.

O quarto e mais importante é introduzir a luta no coração da fortaleza inimiga, no controle que o capitalista tem dentro de sua própria fábrica. Construir a democracia nas empresas e solapar a disciplina autocrática do processo de trabalho capitalista, através da extensão dos direitos do proletariado ao território onde ele é escravizado, permitindo que ele venha a disputar com o detentor dos meios de produção — inicialmente através do mecanismo de controle operário — o poder onde ele é gerado.

Grau de concentração das empresas (por setor)

Produtos farmacêuticos	Perfumaria	Borracha	Vestuário	Acúcar e Alcool	Óleos vegetais	Prod. Alim. diversos	Bebidas	Fumo	Transportes ferroviários	Transportes marítimos e fluviais	Transportes aéreos
											
n° empresa											
61	30	46	125	233	61	203	101	8	5	34	18
faturamento (bilhões)											
187	107	256	419	1.000	544	995	346	138	283	235	345
tipo											
oligop. estrang.	oligop.	oligop. estrang.	oligop.	monop.	oligop.	oligop.	oligop. nacional	monop. estrang.	monop. estatal	oligop.	oligop.
fator de concentração do setor											
43%	77%	68%	44%	43%	44%	45%	46%	83%	89%	60%	91%
principais empresas											
Roche (mult.), Pfizer (mult.) Fontoura (mult.), Squibb (mult.), Lepetit (mult.), Sidney-Ross (mult.), Schering (mult.)	Henkel (mult.), Johnson (mult.), UFE (nac.), Phebo (nac.), Orniex	Goodyear (mult.) Firestone (mult.)	Alpargatas (nac.), Guara-rapes (nac.), Hering (nac.), De Millus (nac.), Sulfabril (nac.)	Copersucar (nac.)	Cargill (mult.), Olivebra (nac.), Ceval (nac.), Samrig (mult.), Brasway	Sucocitríco (nac.), Nestlé (mult.), Sambra (mult.), Cica (nac.), União (nac.)	Brahma (nac.), Antarctica (nac.), Skol-Caracu (nac.)	Souza Cruz (mult.)	Rede Ferrov. Fed (est.)	Docenave (est.), Aliança (nac.), Lloyd (est.)	Varig (nac.), Trans brasil (nac.), Vasp (nac.), Cruzeiro (nac.)

Fonte: A Inflação Brasileira, de Antônio Marques Mattos (Editora Vozes)

Um salto para o futuro

O ato que reuniu Lula e trinta mil sem terra expressa o momento de grande ofensiva e de elevação de consciência do movimento.

Márcia Camargo

Mais de trinta mil trabalhadores rurais estiveram presentes no ato de comemoração dos dez anos do Movimento Sem Terra, na Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul. Naquele sábado, dia 22 de outubro, os sem terra escutaram Lula atentamente. Todos esperavam a reafirmação do compromisso da Frente Brasil Popular com a realização da reforma agrária. Lula fez o compromisso e escutou muitas lideranças dos sem terra, homens e mulheres lutadores, apresentando sua adesão à Frente Brasil Popular.

O ato teceu uma certeza: na luta para levar Lula à presidência está se construindo uma aliança dos trabalhadores da cidade e do campo. Nesta luta, estamos avançando as conquistas dos deserdados da cidade e do campo.

A realização do Ato da Natalino, onde há dez anos os trabalhadores rurais ocuparam as Fazenda Macali e Brilhante, foi uma homenagem e um exercício de recontar a história.

Estamos no berço do Movimento dos Sem Terra, que foi também o berço do Master nos anos sessenta. Esses trinta mil trabalhadores, ali debaixo do sol a falar com o Lula, são a demonstração de um salto histórico da consciência de classe do povo brasileiro. Um salto para o futuro.

A violência no campo

Nos meses de agosto e setembro deste ano, as classes dominantes estamparam nos jornais que começara a guerrilha rural no Brasil. E saiu repetindo: uma minoria de baderneiros usada pelo PT e pela Igreja para desestabilizar a ordem.

Antoninho Mattes, dirigente nacional do Movimento dos Sem Terra, explica que os conflitos no campo cresceram no último período. "Toda a luta entre as classes aumentou no

Brasil. Desde 1985, com a fundação da UDR, as ocupações deixaram de ser pacíficas. Mas nossa organização no conflito é defensiva."

A direção nacional do Movimento dos Sem Terra, desde o Congresso realizado em março, vem organizando uma nova tática de luta. "Temos 4,8 milhões de famílias sem

para a lida do campo. Quanto à acusação de que temos por aí uns 'centros de guerrilhas' é pura invenção."

A massificação

"Com a acusação de que partimos para a guerrilha, a burguesia quer esconder a iniciativa repressiva que vem preparando", diz Mattes.

Os assassinatos comandados pela UDR, os despejos violentos feitos pelas PMs, as prisões e torturas cresceram para enfrentar o sucesso da massificação do movimento. É uma dinâmica conhecida. A repressão direta acompanha a agudização da luta de classes.

"Não basta denunciar", diz Mattes. "Se somos coerentes

"Nosso objetivo é começar a construir uma aliança mais estratégica entre o trabalhador urbano e o rural. Um ponto é mostrar que estamos juntos na luta. Para isso vamos começar a trabalhar juntos. Quando o urbano fizer uma greve, vamos estar lá. Fazer um ato na cidade, fazer ao mesmo tempo uma ocupação de terra. Apoiar a greve com uma ação massiva nossa."

Nos planos dos sem terra, como a vitória do Lula ou de outro candidato, está a construção deste momento decisivo da luta. "Se o Lula ganha, sabemos que temos apoio, mas a reforma agrária não será feita com papel e caneta", diz. "Se ganha um de direita é a ainda mais preciso estar organizado e pronto para a luta", conclui.

Um balanço positivo

A Encruzilhada Natalino foi escolhida para sediar o 10º aniversário do Movimento Sem Terra por motivos muito fortes. De 1979 a 1989 foram realizados 57 assentamentos, de 2.300 famílias, em 38.045 ha, no Rio Grande do Sul. Há três grandes acampamentos com 1.500 famílias e mais 2.500 organizadas e prontas para ocupar a terra.

Mas o balanço mais importante é aquele que fala dos resultados deste processo. Em 28 áreas, com 1.300 famílias, assentadas pela organização dos próprios sem terra de 1979 e 1988, colhe-se anualmente 405 mil sacas de grãos, entre soja, feijão, milho, trigo e arroz. Há 7 mil cabeças de gado, 10 mil suínos e 58.680 aves. Com a arrecadação do ICM desta produção, o governo já recebeu mais do que gastou com os assentamentos no Estado, de acordo com dados do CETAP. Esta produção é organizada em diferentes graus de trabalho cooperativo.

Este balanço vem servindo como um forte incentivo para a luta dos sem terra do Rio Grande do Sul.



As bandeiras do Movimento dos Sem-terra misturadas às do PT

terra no Brasil. Quando adotamos o lema 'ocupar, resistir e produzir' fizemos com consciência de que o enfrentamento vai aumentar. Nossa defesa é a massificação das ocupações. Estamos trabalhando para até abril alcançar alguns milhares de acampados. Cada ocupação vai ter mais de duas mil famílias."

Falando sobre a organização deste novo tipo de ocupação, Antoninho Mattes comenta: "A Santa Elmira, no Rio Grande do Sul, foi uma primeira experiência de resistência. Mantemos a linha de ocupação não violenta mas não vamos sair da terra assustados pelo ronco da UDR. Não usamos armas, temos só aquilo que usamos todo dia

Nos meses de agosto e setembro, os sem terra realizaram 33 ocupações, com 9.133 famílias, movendo 50 mil pessoas em 13 Estados do país.

Isto desencadeou uma forte repressão: de janeiro a setembro de 1989, 117 lideranças rurais foram presas sem ordem judicial; 10 foram brutalmente torturadas.

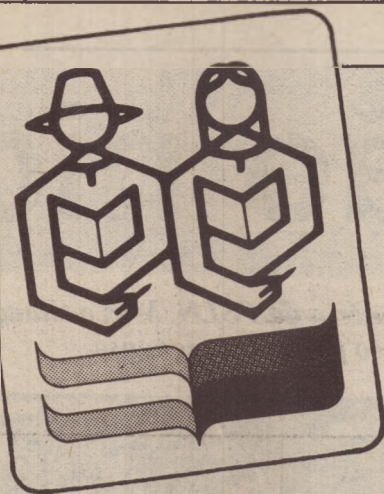
Os maiores conflitos, como Santa Elmira (RS), Palma Sola (SC) e Floresta Azul (ES), deixaram cada um deles, dezenas de feridos pela violência da PM. Em 17 de julho, foi morto Verino Sossal, em Montanha (ES). Em 12 de setembro, Valdício Barbosa, em Pedro Canário (ES). Em 16 de setembro, Clivo Albani, em Palma Sola, SC.

com a decisão de massificar o movimento, temos que buscar força para resistir."

Novo Congresso

O Movimento dos Sem Terra prepara um Congresso para abril de 1990. Em Brasília, formarão um acampamento gigante. Dez mil trabalhadores sem terra de todos os estados do Brasil estarão lá.

Até abril, a massificação das ocupações é a prioridade. "Um dos principais objetivos do 6º Congresso é fortalecer as alianças com os trabalhadores urbanos. Queremos colocar a cidade no Congresso. Sindicatos combativos do Brasil todo serão convidados", diz Mattes.



Dez anos de revolução sandinista

As eleições gerais de fevereiro de 1990, apesar da desastrosa situação econômica, provam confiança revolucionária nas massas.

Isaac Akcelrud

Duas fases

Os revolucionários de todos os países estão comemorando o 10º aniversário da revolução sandinista. São dez anos de transição da tirania para a liberdade, da espoliação imperialista para a independência e o socialismo num pequeno país subdesenvolvido.

Decorrido o primeiro decênio, a conjuntura atual destaca, entre tantos outros, os seguintes pontos principais: 1) - derrota militar da contra-revolução; 2) - situação econômica desastrosa imposta pelo bloqueio americano; 3) - repetidas propostas de paz dos cinco presidentes centroamericanos, contra a vontade dos Estados Unidos; 4) - "concertação" econômica (concessões à burguesia) e antecipação das eleições (concessão tática no plano político interno) para fevereiro de 1990. É o quadro da resistência heróica de uma revolução acuada pela agressão americana.

Regime pluralista

A Nicaraguá sandinista condensa uma experiência revolucionária de significação mundial, tanto nos seus acertos, como nos erros. Concentra as lições da transição para o socialismo num país atrasado e dependente do mercado imperialista, militarmente fraco e sabotado internamente pela burguesia e o latifúndio macomoados com o imperialismo. Ao mesmo tempo, expõe a verdadeira face da política externa de Gorbachev (cessou o fornecimento de armas, reduziu a ajuda econômica) e o caráter traiçoeiro da social-democracia europeia a serviço do grande capital (condiciona créditos à volta das multinacionais).

O declínio político do somozismo causou um racha nas classes dominantes. Parte da burguesia tornou-se anti-somozista. Atuou como aliada ocasional e temporária do povo e da revolução. A Nicaraguá mostrou que essa aliança tática é provável e até mesmo desejável - reduz a força do inimigo, aumenta nosso poderio - desde que o movimento de massas não esmoreça e não ceda um só milímetro de sua independência política e de organização.

A burguesia anti-somozista fez parte do primeiro governo revolucionário. Mas a FSLN ficou com as alavancas do poder. Desmontou o estado somozista, a começar pelo seu exército de mercenários e sua policia de bandidos. Iniciou a reforma agrária. As organizações populares, operárias e camponesas cresceram e se multiplicaram. Os comitês de defesa sandinista (CDS) foram armados. Era o povo no poder.

Quando a burguesia percebeu que, por esta via não poderia desapropriar politicamente o povo, voltou ao regaço americano. Saiu do governo, passou à oposição política e à sabotagem econômica. Quem rompeu com o pluralismo foi a burguesia. Isto estava articulado com a decretação aberta do bloqueio americano (ao ponto de minar portos nicaraguenses) e com a organização, armamento e financiamento da contra-revolução diretamente pelo Pentágono. Em Honduras, instalou-se uma base militar contra a Nicaraguá.

Um pequeno quadro estatístico resume estas duas fases iniciais. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu nos primeiros anos da revolução. E 1980, mais 4,6%. Em 1981, mais 5,4%. Em 1982, mais 0,8%. Em 1983, mais 4,4%. Quer dizer: êxito na reconstrução econômica, na reforma agrária, na elevação do nível de vida do povo.

Com o bloqueio americano e os ataques dos contras, o quadro se inverte. O PIB começa cair. Em 1984, menos 1,4%. Em 1985, menos 2,6%. Em 1986, menos 0,5%. Não dispomos de dados de 1987, mas em 1988 o PIB caiu mais 10%.

A avaliação da conjuntura pela direção sandinista concluiu que o decisivo era derrotar militarmente a contra-revolução, para depois negociar a paz e conseguir um respiradouro econômico. O objetivo foi alcançado. Os contras foram postos fora de combate.

Proposta de paz

A diplomacia da revolução alcança indiscutíveis êxitos na luta pela paz. Intermem na luta pela paz o Grupo de Contadora, apoiado pelo Grupo dos Oito, ambos formados por países latinoamericanos. Os cinco presidentes da América Central, em repetidos encontros, reiteraram unânimes resoluções de paz.

Primeira evidência: os EUA fracassaram na tentativa de isolar a Nicaraguá revolucionária. Segunda evidência: essa movimentação contraria a política americana na região, obrigando-a a indecorosas pressões e cínicas manobras. Nos acordos de Esquipulas I e II, de Costa del Sol e, mais recentemente, no porto mexicano de Tela decidiu-se em síntese:

1 - Aplicação das resoluções que proibem a utilização do território de um país por tropas atacantes de um país vizinho. Falando claro: os que agridem a



O apoio de massas a FSLN é indiscutível

Nicaraguá devem sair de Honduras.

2 - Cumprir o plano de desmobilização dos contras. Esse plano de fevereiro de 1988 dava noventa dias para desmontar o dispositivo dos contras, mas foi torpedeado pelo congresso americano.

3 - Solicitar à ONU uma força internacional de paz para ajudar a desmobilização dos contras e impedir infiltrações na Nicaraguá.

Revés suportável

Os outros presidentes centroamericanos continuam sendo anti-sandinistas e dependentes dos EUA. Entretanto, até Honduras, um país ocupado, e El Salvador, incapaz de conter a guerrilha sem o apoio direto do Pentágono, subscreveram as resoluções de paz. Obviamente, suas razões não são as mesmas da Nicaraguá revolucionária, que necessita urgentemente de paz para atenuar os terríveis sofrimentos do povo.

Para esses governos, trata-se de escapar da contradição entre a resposta que precisam dar à pressão crescente de seus próprios povos - há sinais eloquentes de uma ampla recomposição do movimento popular e operário na América Central, destacando-se a greve geral em Costa Rica e as grandes paralisações na Guatemala - e as desculpas que são obrigados a apresentar ao imperialismo.

Para os Estados Unidos, afinal de contas, o revés numa conferência de pequenos países dependentes, sem expressão militar nem peso econômico, é uma contrariedade suportável. Podem até ignorá-lo e continuar agredindo impunemente a Nicaraguá.

Eleições gerais

Nesta situação, a tática sandinista não tem muitas alternativas. Combina concessões econômicas (a concertação) com concessões políticas (antecipação das eleições gerais). O governo conseguiu o apoio de todos os partidos de oposição para sua Lei eleitoral. Frustou o plano americano de desmoralizar o pleito como "fraude anunciada".

Os sandinistas não escondem o risco real de uma vitória da oposição burguesa que conseguiu lançar candidata única a sra. Violeta Chamorro, diretora e proprietária do diário *La Prensa*. O destino da revolução está em jogo nas eleições de fevereiro de 1990.

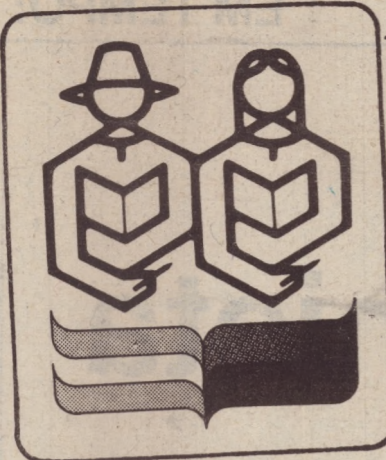
As concessões táticas visam impedir a formação de um bloco da burguesia com os contras, mas não podem esperar mudança alguma nos objetivos de classe da oposição. Apesar das tremendas dificuldades que afetam a própria base social da revolução (ver artigo de Arnold Berthou nas páginas seguintes), a plena vigência das liberdades democráticas exprime a confiança nas massas e disposição política de conquistar a maioria pelo convencimento político.

A burguesia está em busca duma influência de massas, mas seu maior comício eleitoral só reuniu oito mil pessoas, enquanto a manifestação sandinista pelo 10º aniversário da revolução levou à rua trezentos mil manifestantes.

A revolução venceu no terreno militar. Joga tudo para triunfar no campo político.

A revolução nicaraguense sob pressão

A contra-revolução foi posta fora de combate e as massas confiam na direção revolucionária da FSLN. Mas a situação econômica é catastrófica. Esta é a hora da solidariedade internacional ao heróico povo nicaraguense.



Arnold Berthu

A situação econômica é desastrosa. A produção industrial caiu 30% em 1988. A produção agrícola declinou fortemente. O produto interno bruto (PIB) baixou 10%. O desemprego passou de 25%, em 1987, a quase 30% atualmente. O poder de compra dos trabalhadores sofreu uma redução de 85% ao longo do ano de 1988. A Nicarágua atravessa uma verdadeira recessão econômica, o que afeta terrivelmente o nível de vida das massas, principalmente dos setores que constituem a base do processo revolucionário. Além das dificuldades para obter alimentos, é preciso acrescentar a deterioração geral das condições de vida por causa das restrições às despesas orçamentárias na educação e saúde. Daí resultou uma recaída no retorno aos altos níveis de analfabetismo e da mortalidade infantil, inquietantes embora não cheguem aos níveis dos tempos de Somoza. Também aumentou a delinquência.

A guerra acabou

Entretanto, para chegar a uma visão de conjunto da situação em que vive o povo da Nicarágua, é preciso ter em conta outros fatores.

Um elemento chave, um bálsamo para a enfermidade econômica, é o fato da guerra estar praticamente terminada. Os "contras" não têm mais condições de perpetrar assassinatos em grande escala e de criar uma situação de insegurança nas regiões em que operavam antes (jamais foram capazes de atingir diretamente a costa do Pacífico, a região mais povoada do país). As massas têm perfeita consciência de que a derrota dos "contras" é fruto da política sandinista à qual os setores populares deram sua contribuição humana e material.

Um outro elemento a tomar em consideração é o clima de liberdade de expressão, de crítica e de organização que continua a prevalecer.

A situação na qual se debate a população é, essencialmente, o fruto da agressão e do bloqueio

econômico; do caráter particularmente atrasado do país antes de 1979; da dependência total da economia nicaraguense em relação ao mercado imperialista mundial; do peso da dívida externa - 6,7 bilhões de dólares em 1988. O pagamento do serviço da dívida equivaleria a 103% das exportações do país.

À beira do abismo

O caráter agudo da crise não data de 1988, mas as medidas econômicas e políticas concretas adotadas pelos sandinistas, para responder aos efeitos de tais fatores negativos, causaram uma forte recessão. Esses fatores colocaram a Nicarágua à beira do abismo em 1986-87, com uma taxa de inflação fora de controle e que ultrapassou 1.000%, enquanto a metade do orçamento estatal era alocado para a Defesa.

Os sandinistas reagiram de maneira eficaz, no terreno militar. Desferiram um golpe decisivo na contra-revolução em março de 1988.

Mas as medidas econômicas do mesmo ano afetaram pesadamente as massas, sem melhora real da situação econômica. Uma das primeiras medidas, em fevereiro, visava a reduzir radicalmente o volume de moeda em circulação. Cada lote de mil córdobas passou a valer apenas um Novo Córdoba. O dinheiro só podia ser trocado até um certo limite, além do qual a conta bancária era bloqueada para averiguação das origens de tanto dinheiro. Esta medida muito bem acolhida pela população, golpeou parte das rendas da especulação, atingiu os "contras" que não se atreveram a trocar seus fundos. Estima-se que assim a massa monetária foi reduzida em 20%. Essa mudança foi uma forte desvalorização da moeda.

Fundo-monetarismo

Foi unificada a taxa cambial, antes havia duas - uma de exportação, outra de importação. Antes, as empresas estatais podiam importar a um custo inferior ao preço de mercado, o que aumentou o déficit comercial. Inflamaram-se desmesuradamente as compras de fertilizantes e de tratores.



A força política de massas da FSLN: as reservas da revolução

Em vista de sua "relativa modicidade" não foram usados e conservados convenientemente.

Outra medida complementar foi a redução das despesas estatais, inclusive com demissões. Foram majorados os preços dos combustíveis, da água, da eletricidade.

Essas medidas tinham forte semelhança com as políticas fundo-monetaristas aplicadas em outros países latinoamericanos. Mas, como sublinharam até os economistas sandinistas que criticaram essas medidas, elas diferiam do fundo-monetarismo num ponto fundamental: os salários, particularmente o salário médio, foram revalorizados em 500%, permitindo a aquisição dos 45 produtos da cesta básica.

Vários fatores tornaram essas medidas ineficazes: a desvalorização aumentou muito os preços de produtos importados necessários à produção: fertilizantes, máquinas, metais, etc. As empresas, inclusive as estatais, anteciparam os aumentos previstos de preços. Estava-se num contexto de liberação quase completa dos preços. A inflação chegou a 944% entre fevereiro e fim de maio de 1989.

Em junho de 1988, novas medidas de mais acentuado tipo fundo-monetarista: nova desvalorização do Córdoba, congelamento de salários que foram responsabilizados, de maneira simplista, pela inflação.

Críticas severas

O congelamento de salário não freou a inflação que chegou a

25.000% em fins de 1988, quando os salários não eram mais do que 5% dos custos de produção na indústria e 9% nas despesas correntes do Estado, como revelaram os economistas sandinistas.

Por seu caráter monetarista, as medidas de 1988-89 foram severamente criticadas por militantes sandinistas. O economista Acevedo Volg, da Associação dos Economistas da Nicarágua, escreveu no Boletim Socio-Econômico: "os partidários da política econômica ortodoxa (fundamentalmente monetaristas), no seio do governo, consideram que, como uma das causas fundamentais da inflação, apesar de sua dramática deterioração e perda de poder aquisitivo, os salários nominais ainda estavam excessivamente elevados em relação com a oferta de bens de consumo e representavam um excesso de demanda."

Acevedo acrescenta que "para eles, a única fonte de inflação é a luta dos trabalhadores (...) ou a luta desesperada dos pequenos e médios produtores "não competitivos" pela sobrevivência, que pressionam por acesso ao crédito (...) mas nunca consideram como inflacionário o fato das empresas que operam em diferentes setores - finanças, transporte, comércio, grandes empresas industriais, etc. - terem inteira liberdade de se atribuírem margens de lucro superiores à média".

A violência dos argumentos dos economistas influenciou o governo a partir de julho de 1988. Cinco pacotes econômicos foram postos em vigor a partir de fevereiro de 1988. Ao que parece, as medidas aplicadas em janeiro de 1989 conseguiram limitar o ritmo da inflação. Mas a recessão perdura.

A economia mista na Nicarágua

	Propriedade estatal	Setor capitalista	Pequenos e médios produtores
Agricultura (1)	25%	17% (2)	58%
Indústria (3)	40%	30%	30%
Comércio Interno	38%	12%	50%
Participação No PIB	45%	25%	35%

1-Calculado pelo Baumeister. Revista Nueva Sociedad, nº 96, Caracas 1988.
2-Grandes propriedades de mais de 70 hectares.
3-Participação no PIB (fonte INIES, Boletim socio-econômico, Managua, 1988)

As empresas estatizadas cortaram mais 35 mil empregos, sem revalorizar o salário real como reivindicam os sindicatos sandinistas.

A "concertação"

O novo pacote econômico foi combinado com a abertura dos sandinistas em relação aos capitalistas nicaraguenses e ao setor privado em geral. Esta iniciativa se baseia provavelmente num raciocínio político ligado à nova conjuntura. Os sandinistas querem evitar que uma frente de oposição interna, compreendendo o conjunto do setor privado capitalista, se articule com os "contras" e apoie ativamente os partidos de oposição. Para obter a neutralização duma parte do setor capitalista e o reinício da ajuda dos países imperialistas da Europa, fizeram novas concessões econômicas.

Em fevereiro de 1989, Daniel Ortega e Jaime Wheelock, em nome dos nove comandantes, anunciaram o fim das expropriações de terras (que beneficiavam os pequenos camponeses) e anunciaram sua disposição de devolver terras confiscadas a proprietários privados eficientes. É possível que a concessão-concertação consiga impedir a unificação de todo o setor capitalista com a oposição política. Mas é muito improvável que consiga dos capitalistas uma nova atitude econômica, reinvestindo seus lucros na economia nacional.

É preciso medir bem o aspecto tático da abertura sandinista. Diante dum patronato que mantém uma atitude de sabotagem econômica, os sandinistas podem adotar fortes medidas de retaliação e retomar o caminho das expropriações. Por exemplo, em meados de junho, as autoridades confiscaram três cafezais de propriedade de dirigentes da câmara patronal (COSEP) da região de Matagalpa acusados de sabotagem e conluio com a embaixada americana.

Greves e protestos

Desde fevereiro de 1988 sucederam-se diversas greves. As reivindicações principais são

aumento de salário e defesa do emprego. Protestos ocorreram também no campo. Em março, trabalhadores de uma fazenda estatal em Matagalpa protestaram contra a devolução de sua empresa a um proprietário privado. O mesmo fez um grupo de cooperativados, cuja terra acabava de retornar a um capitalista.

São movimentos de amplitude limitada, mas são a ponta aparente do iceberg. Não há repressão, mas são denunciados fortemente como fazendo o jogo do imperialismo e da oposição de direita. Esta simplificação é facilitada pela intervenção dos



O poder de compra foi rebaixado, o desemprego aumentou

dois partidos comunistas e sindicatos sob sua influência, pois os comunistas firmaram uma frente única com a direita. Isto embaralha as cartas e confundem alguns funcionários.

Numa situação tão complexa, o traço dominante no setor majoritário das massas é a confiança na direção revolucionária da FSLN. Não é uma confiança acrítica e pode condenar tal ou qual medida, mas se mantém graças ao crédito político conquistado pela FSLN e sua capacidade de convencer as massas a aceitar sacrifícios.

Intervenção das potências

A derrota dos "contras" levou o governo Bush a um acordo

com os democratas. Contam com a oposição interna e mantêm os "contras" como meio de pressão. O objetivo é claro: estrangulamento econômico e ameaça militar até a derrubada dos sandinistas e a restauração do capitalismo.

A URSS dá ajuda em contagens, pois não tem interesses estratégicos na área.

A ajuda militar acabou e a ajuda econômica é fraca.

Os estados capitalistas eu-

Dez anos de Revolução Sandinista

19 de julho de 1979 - Derubada da ditadura de Somoza e destruição do Estado burguês. Vitória de uma insurreição popular prolongada e combinada com a ofensiva militar da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Formação do Estado operário. Constituição de um governo de coalizão entre a FSLN e a burguesia anti-somozista (minoritária). A FSLN detem todas as alavancas do novo Estado, o qual confisca as propriedades da gang Somoza (cerca de 20% da economia), nacionaliza o sistema de crédito, instaura o monopólio estatal sobre o comércio exterior, legaliza e favorece as organizações de massa.

Primavera de 1980 - Crise entre os burgueses anti-somozistas e a FSLN: remanejamento do governo em proveito da FSLN.

De 1980 a 1984 - Aumento das despesas sociais, progresso enorme na luta contra o analfabetismo que cai de 62% para 13%, acesso do povo aos serviços de saúde, erradicação de doenças como a pólio, Reforma agrária limitada: transformação das propriedades de Somoza em empresas estatais, desenvolvimento das cooperativas, mas é pequena a distribuição de terras aos camponeses sem terra e posseiros. Subvenção dos produtos de primeira necessidade. Diminuição radical da jornada de trabalho. Investimento em projetos industriais, sobretudo os ligados à agro-exportação.

Novembro de 1984 - Eleições. Vitória da FSLN. As massas confirmam de forma contundente sua adesão à revolução e sua confiança na direção revolucionária.

1984-1985 - Escalada da agressão americana. A CIA coloca minas nos portos da Nicarágua. Os EUA armam, financiam, organizam e dirigem os "contras". Bloqueio econômico total. Respostas da FSLN: extensão do armamento das massas, desenvolvimento da autodefesa civil, reforço do Exército Popular Sandinista (EPS).

1985-1986 - Radicalização da reforma agrária em proveito

dos camponeses sem terra e dos posseiros. 50% do orçamento estatal tem que ser destinado à defesa. 1986-1987 - Baixa atividade dos comitês de defesa sandinista. Desenvolve-se aguda crise econômica. Agosto - 1987 - Acordo de Esquipulas II firmado pelos cinco presidentes centro-americanos.

Fevereiro de 1988 - Medidas econômicas heterodoxas. Desarticulação dos "contras" depois de uma ofensiva do Exército Popular Sandinista no norte do país. Em seguida, abertura de negociação com os "contras" a partir de uma posição de força dos sandinistas.

Junho - 1988 - Medidas econômicas do tipo fundomonetaristas. Recessão. A inflação chega a 25.000%.

Outubro de 1988 - Grande destruição causada pelo ciclone Joan.

Janeiro de 1989 - Novo pacote econômico para frear a inflação. Fevereiro de 1989 - Depois de Esquipulas II, o acordo de Costa del Sol entre os cinco presidentes centroamericanos. Os sandinistas anunciam eleições antecipadas para fevereiro de 1990 em troca do desarmamento dos "contras" em Honduras. É anunciado o fim das expropriações de terras. Concessões econômicas.

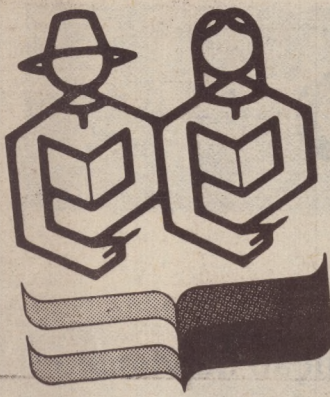
Abril de 1989 - Repulimento em projetos industriais, sobretudo os ligados à agro-exportação.

Novembro de 1984 - Eleições. Vitória da FSLN. As massas confirmam de forma contundente sua adesão à revolução e sua confiança na direção revolucionária.

1984-1985 - Escalada da agressão americana. A CIA coloca minas nos portos da Nicarágua. Os EUA armam, financiam, organizam e dirigem os "contras". Bloqueio econômico total. Respostas da FSLN: extensão do armamento das massas, desenvolvimento da autodefesa civil, reforço do Exército Popular Sandinista (EPS).

1985-1986 - Radicalização da reforma agrária em proveito

dos camponeses sem terra e dos posseiros. 50% do orçamento estatal tem que ser destinado à defesa. 1986-1987 - Baixa atividade dos comitês de defesa sandinista. Desenvolve-se aguda crise econômica. Agosto - 1987 - Acordo de Esquipulas II firmado pelos cinco presidentes centro-americanos. Os sandinistas anunciam eleições antecipadas para fevereiro de 1990 em troca do desarmamento dos "contras" em Honduras. É anunciado o fim das expropriações de terras. Concessões econômicas.



Tomas Borge

“Nosso programa é o da revolução”



Em sua essência, as novas políticas econômicas e sociais não contradizem as reivindicações estratégicas. É claro que isto não impede o adiantamento de certas reivindicações para preservar a continuidade do processo; mas não se trata, em caso algum, de renunciar aos postulados essenciais da Revolução.

O programa histórico da Frente é o programa da Revolução. É um programa político que define as grandes tarefas históricas para a transição deste país - que tem sido dependente e atrasado em termos econômicos - para a independência, com possibilidades de desenvolvimento. Temos como objetivo o desenvolvimento econômico e cultural das massas populares. Não podemos, portanto, renunciar a nenhum ponto do programa político porque isso significaria renunciar aos nossos princípios.

Programas adiados

Com as novas medidas, os programas sociais, os projetos de desenvolvimento econômico, por exemplo, são adiados. A reforma agrária não modificada no essencial, embora se possa fazer alguns ajustamentos.

As medidas relativas aos programas sociais foram tomadas em função da estabilização econômica, o que é uma condição para retomar o avanço que tínhamos previsto. Devemos considerar que, na realidade, as causas desse adiamento não são os reajustes, mas a deterioração econômica provocada pelos efeitos de oito anos de agressão.

A impossibilidade de aumentar investimentos em educação e saúde é objetiva. Em contraste com o que acontece em outros tipos de regime social, onde a falta de programas sociais decorre da natureza desses sistemas, em nosso caso isto ocorre contra nossa vontade. (...)

Recuos táticos

Os trabalhadores aceitam maiores sacrifícios em vista de seus objetivos históricos: é o setor que mais suportou dificuldades econômicas no trajeto da Revolução. Acredito que isto não é um fenômeno histórico novo. Pois é o setor mais ligado à produção, o que melhor conhece de memória os capitalistas, que melhor conhece as potencialidades e os limites reais de nossos inimigos. São eles que devem estar melhor preparados para a “concertação” (concessões econômicas - n. da r.) e compreender que sua contribuição é indispensável. Eles se submetem ao governo que os representa afim de impor normas de comportamento aos empresários.

Os trabalhadores devem agir com uma real independência, examinar seus próprios interesses, saber distinguir entre os interesses imediatos e os interesses históricos, e saber que em vista dos interesses a médio prazo, às vezes, é preciso sacrificar certas coisas - recuos táticos em benefício de avanços estratégicos.

Quanto à utilização dos mecanismos de mercado, a teoria do socialismo científico superou, há muito tempo, a idéia de associar as relações mercantis só ao capitalismo, como se elas fossem totalmente contrárias ao socialismo. Poderíamos remontar à NEP de Lenin e a outros momentos históricos, para demonstrar que as relações monetárias mercantis são relações objetivas. Trata-se de empregá-las de modo consciente e de evitar que atuem cegamente. Os mecanismos de mercado são empregados pelo capitalismo como reprodução de seu próprio sistema e dos grupos dominantes, enquanto o socialismo os emprega para seus próprios fins.

Nossa sociedade, que não é capitalista, que aspira ser uma sociedade socialista, deve tomar em conta essas leis gerais da economia. (...) O risco duma distorção existe, mas a direção nacional soube detectá-la em tempo. Acredito que, se existe um momento em que devemos ser mais exigentes com nossas forças, é agora. Isto é, exigir fidelidade aos princípios, à austeridade, à honestidade.

Se há um momento em que devemos enfrentar a burocracia, o egoísmo e outras deformações humanas, é agora este momento. Só a Revolução, só a FSLN pode consegui-lo. (...)

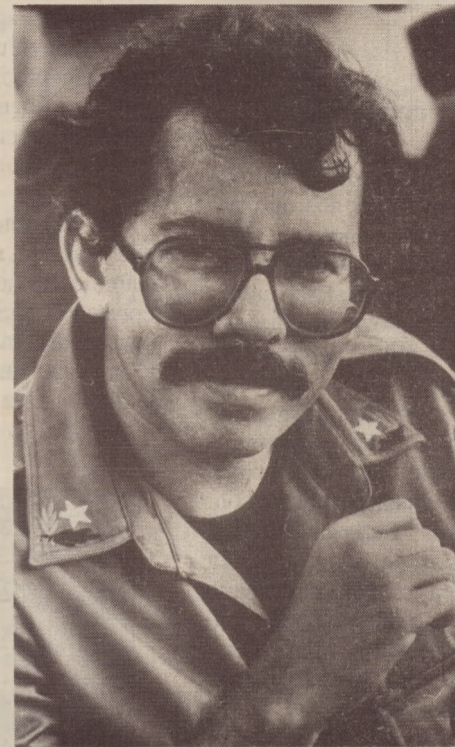
Pluralismo necessário

Desde o princípio, declaramos nosso objetivo de desenvolver uma economia mista e o pluralismo político. A guerra que esta a ponto de terminar tornou tudo isto muito difícil (...) Agora, a derrota da contra-revolução permite voltar a esses conceitos programáticos em condições mais difíceis, mas novas. A concertação econômica é uma necessidade objetiva do após-guerra. Mas também é necessário reforçar o pluralismo pelas mesmas razões (...).

A prática nos mostrou a estreita inter-relação que existe entre a democracia e o povo trabalhador. Isto explica a existência de organizações de massas que são expressão da democracia em alto nível. É curioso que estas formas de democracia, como os Comitês de Defesa Sandinista (CDS), as organizações de trabalhadores, de jovens, etc., sejam questionadas como organizações para-estatais. Mas quem refletir um momento sobre a questão concluirá que tais organizações resultam de autênticas práticas democráticas surgidas na luta contra a ditadura. (Barricada março de 1989).

Daniel Ortega

“A crise é de toda a América Latina”



É preciso não esquecer a realidade da inserção da Nicarágua no continente latino-americano. Uma situação muito difícil, causada pela política econômica seguida até agora, sacode todos os países do continente. Referimo-nos, evidentemente, às opções políticas dos países industrializados e desenvolvidos do Norte, mas também às responsabilidades dos que geriram a economia deste continente por longos anos, isto é, os capitalistas latino-americanos. No México, na Venezuela, no Brasil, na Argentina, em toda América Latina, realizaram um importante desenvolvimento ao preço de um endividamento exterior que aceitaram e favoreceram. Não podemos negar a realidade: os capitalistas que controlam o poder na América Latina não foram capazes de solucionar os problemas econômicos dos países latinoamericanos.

Inútil emigrar

Fomos empurrados a um processo de concentração econômica. (...) Existe um setor privado em nosso país que se manteve ativo apesar das tensões econômicas e sociais e a despeito da agressão militar. Como produtores, continuaram sua atividade econômica mesmo

nos momentos mais difíceis, sob as balas dos “contras”. Nesta base, nós lhes dissemos: é preciso continuar a produzir, sabendo como é difícil produzir neste país como em qualquer outro país latino-americano. O produtor nicaraguense que pretenda transferir-se para outro país latino americano enfrentará uma situação igualmente difícil

Outro governo cairia

Discutimos a situação com vários especialistas internacionais. Todos nos disseram que qualquer outro governo latinoamericano, nesta situação econômica, teria caído. Nenhum outro governo latinoamericano poderia adotar as medidas econômicas que estamos aplicando. (...)

A decisão tomada pelo governo, portanto, é reforçar o atual regime de economia mista, para mostrar aos povos da América Latina, das Caraíbas e do Terceiro Mundo que é possível realizar uma transformação revolucionária com a participação de todas as forças econômicas e sociais, através duma aliança capaz de garantir um aumento da produção e enfrentar a crise(...). **Barricada**, 1º de março de 1989

Itália

A convergência dos revolucionários

Os militantes da Liga Comunista Revolucionária decidem pela entrada coletiva na Democracia Proletária

Lívio Maitan

A Liga dos Comunistas Revolucionários (LCR), seção italiana da IV Internacional, realizou no fim de julho passado um congresso extraordinário para tomar uma decisão final sobre a entrada coletiva de seus militantes na Democracia Proletária (DP).

A Democracia Proletária é uma força que organizou uma parte significativa dos militantes que viveram a experiência das lutas nos anos setenta, assim como setores da juventude radicalizada,

ecologistas e pacifistas, surgidos das lutas sociais e dos movimentos de massas dos anos oitenta.

Por um voto unânime, os delegados reunidos ao congresso de julho pronunciaram-se a favor da entrada na DP. A LCR foi, então, dissolvida e seus militantes tornaram-se membros da Democracia Proletária. Oito camaradas da LCR tornaram-se membros da direção desta organização.

De acordo com os termos do acordo firmado com a DP, os camaradas da LCR continuarão a ser coletivamente membros da IV Internacional. Serão organizados

em uma associação político-cultural denominada IV Internacional.

Segundo a resolução do Congresso da LCR, as tarefas da associação serão as seguintes: a organização dos debates e a participação na vida da IV Internacional; a publicação de uma revista; uma atividade de edição de livros; a organização de iniciativas políticas e culturais; a organização de cursos de formação; a organização de arquivos referentes à IV Internacional e ao movimento operário. A revista será mensal e terá o nome do jornal da antiga LCR, **Bandiera Rossa**.

Ala direita

A organização da juventude da LCR decidiu igualmente pela entrada de seus membros na Democracia Proletária.

Em julho, a direção da DP havia decidido convocar para o mês de novembro um congresso que deverá fixar a orientação da organização após a crise provocada pela ruptura da ala direita. Esta ruptura se concretizou quando da realização das eleições européias, quando uma ala da DP recusou-se a apoiar a lista de

candidatos da organização, apesar da decisão neste sentido ter sido tomada por uma larga maioria. Esta ala optou por participar da lista de candidatos Arco-Íris.

Esta ruptura não parece ter gerado a saída de muitos militantes da DP. Em contrapartida, ela causou consequências graves no nível dos eleitos pela DP para diferentes instituições: A DP perdeu quatro deputados em oito e seu único senador, além de um número importante de parlamentares regionais e municipais.

O novo curso do Partido Comunista Italiano (PCI) clarifica definitivamente o terreno sobre o qual o seu grupo dirigente quer se colocar assim como suas perspectivas estratégicas (ver EM TEMPO nº 234). O PCI apresenta-se doravante como um partido que aceita os valores fundamentais da cultura ocidental e que se inspira nas social-democracias européias para determinar o conteúdo social e as perspectivas políticas de sua ação.

O ativismo propagandista, propulsionado por seu secretário Occhetto, após o último congresso, poderá, a médio prazo, galvanizar setores de militantes dando-lhes a impressão que as dificuldades foram superadas. Mas as contradições permanecem fortes em vários níveis, em especial entre as necessidades sociais de diferentes setores ligados ao partido e as opções políticas concretas da direção; entre as opções e os pontos de referência tradicionais que subsistem ainda em setores não desprezíveis do partido e o curso de Occhetto, que quer se desembarcar o mais rápido possível de todas estas opções e referências, para poder cumprir o papel de um "partido europeu moderno" (...)

Aqueles que querem lutar para criar uma alternativa revolucionária e anti-capitalista devem continuar a pesar sobre estas contradições e aparecer como interlocutores viáveis aos olhos dos militantes do PCI que não aceitam a função conformista do "novo curso".

A crise da DP

As dificuldades que conhece o movimento operário, a regressão da consciência de classe, a crise da esquerda tradicional, o sucesso político dos Verdes provocam, nos dois últimos anos, um processo de crise no seio da DP. Esta crise traz o risco de uma dispersão de quadros, de experiência política e de laços de classe que tinham

Resolução da LCR



LCR: cerrando fileiras num quadro de crise da esquerda

sido acumulados pela DP no curso de uma década e que representam, mesmo hoje, a conquista mais importante das grandes lutas dos anos setenta.

A DP se construiu como um partido caracterizado pela convivência de experiências e de orientações políticas diferentes. Os camaradas da DP utilizaram, eles próprios, a expressão "partido frentista". As experiências e as culturas políticas diferentes, que poderiam ter contribuído para enriquecer e alargar seu projeto, não conduziram entretanto a uma síntese política e programática. Em consequência, as diferenciações cresceram continuamente, de sorte que as diferentes sensibilidades da organização tornaram-se inconciliáveis.

As eleições européias de 18 de julho deste ano, e em especial a decisão de uma

parte da DP de participar delas com um projeto distinto e oposto, constituíram uma verificação espetacular da amplitude dos processos de diferenciação no seio da organização.

Face ao sucesso incontestável das listas de candidatos Arco-Íris, a DP registrou um certo fracasso (a lista dos Verdes obteve 2,4 % dos votos contra 1,3 da lista da DP na qual figurava camaradas da LCR).

Mas, ao mesmo tempo, ela manteve uma parcela importante de seus eleitores, o que constitui uma base possível, se bem que não automaticamente garantida, de um trabalho de reforço e de relançamento do partido como ponto de referência para amplos setores sociais.

Qual partido

A entrada dos militantes da LCR na DP constitui uma evolução positiva, um primeiro passo na luta pela recomposição das forças que se reclamam do marxismo e das concepções classistas, que mantiveram o objetivo de construir uma alternativa anti-capitalista.

No centro desta recomposição, é necessário travar uma clarificação fundamental sobre o partido que temos necessidade hoje, sobre o terreno em que ele deve se colocar, sobre sua caracterização essencial.

Ao contrário do que deseja a campanha ideológica da classe dominante sobre a crise do marxismo e o fim da sociedade dividida em lutas antagônicas e, a despeito do esforço dos Verdes de apresentar o problema do meio-ambiente como a única contradição sobre a qual se pode fundar um projeto alternativo, lutar para transformar as relações de produção capitalistas e instaurar um sistema social qualitativamente diferente, susceptível de enfrentar pela raiz inclusive os problemas ecológicos, resultante de fatores objetivos que nenhuma campanha ideológica poderá suprimir.

É por causa disso que é necessário construir um partido classista, anticapitalista, antiburocrático, sensível aos problemas ecológicos, e comunista, que se enraíza nos setores fundamentais do proletariado e de outros setores explorados e oprimidos da sociedade. (...) O partido que é necessário construir não pode deixar de ter laços e uma dimensão ao nível internacional. (...)

É sobre todas estas questões que os militantes da LCR avaliam poder dar uma contribuição à discussão programática e estratégica que começou na DP e que deve visar sobretudo à conservar, relançar e definir os quadros e as experiências políticas e organizativas que foram acumuladas.

O Estado no vértice da crise

O papel que o Estado deve cumprir é hoje o elemento fundamental da disputa pela saída da crise que atormenta há uma década a economia brasileira.

José Correa

É aí que vem se concentrando, há algum tempo, grande parte do esforço dos setores da burguesia que disputam um papel de direção de classe, buscando estabelecer novas "regras" do jogo econômico, refletindo uma desestatização já em curso (como assinala o artigo sobre a Petrobrás nas páginas 4 e 5). O capital tem que alterar os papéis que historicamente vinha cumprindo o Estado tanto ao longo das quatro décadas de expansão, quanto ao longo do período de estagnação dos anos 80, onde este papel foi sendo bastante modificado. Este não é, naturalmente, o único elemento de reordenamento econômico mas é aquele central em disputa.

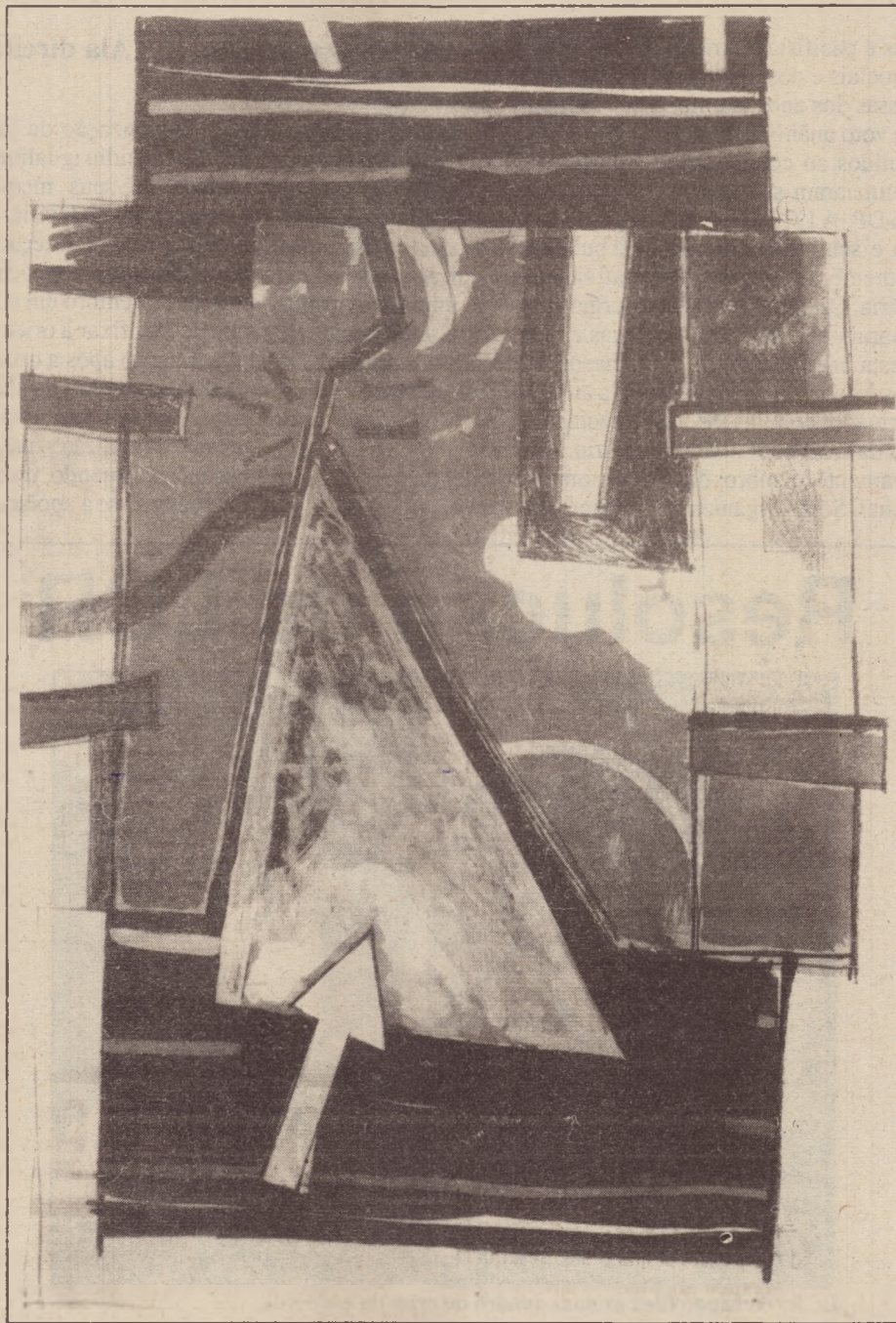
Estado e industrialização

A economia brasileira estruturou-se — no decorrer do longo período de expansão do sistema capitalista internacional posterior à Segunda Guerra Mundial (encerrado, no plano internacional, pela crise de 1974/5) — em dois diferentes padrões ou modelos de acumulação, bastante analisados pelos historiadores e economistas.

Um primeiro foi o do período de transição do capitalismo industrial, a chamada industrialização por substituição de importações; o segundo começou a se estruturar em 1956, com a instalação de grandes indústrias multinacionais, mas só se torna dominante com o ciclo expansivo iniciado em 1967. O golpe de 1964 pode ser considerado como a expressão política da passagem de um para outro. Estes dois modos de acumulação foram responsáveis pelo crescimento da economia brasileira por quatro décadas (entre 1940 e 1980) à média anual de 7%.

O Estado brasileiro, reestruturado depois de 1930 sob a direção de Getúlio Vargas e desde então sempre tutelado pelos militares (que o dirigiram diretamente após 1964), cumpriu o papel fundamental neste processo. No primeiro momento, viabilizar as condições para a industrialização do país e até mesmo permitir que a burguesia industrial se constituísse como classe no plano nacional.

O Estado getulista, de um lado, estrutura um vasto aparelho social destinado a dar bases materiais ao controle político sobre as massas exercido pelo populismo e, principalmente, gerir a força de trabalho necessária à indus-



trialização capitalista. Pressionado também pelas reivindicações dos trabalhadores monta-se um precário "Estado assistencialista" que regula, produz e distribui, nas esferas federal, estadual e municipal, os bens e serviços em áreas como saúde, educação, habitação, previdência e assistência social.

De outro lado, o Estado passa a intervir diretamente no processo da produção, constituindo um grande setor produtivo, seja criando a infra-estrutura necessária à acumulação de capital na indústria (estradas, serviços de transportes e comunicações, geração e distribuição de energia etc), seja criando empresas estatais em áreas onde a

indústria privada não podia (pelo volume de capital necessário) ou não queria entrar (pela taxa de lucro que oferecia). É o caso, por exemplo, da siderurgia.

O período da ditadura

O quadro se altera a partir do momento em que o objetivo ferreamente perseguido começa a ser atingido. Surge uma burguesia industrial, forma-se e expande-se o mercado interno, o país se urbaniza. Empresas imperialistas passam a se instalar na periferia do sistema, nos mercados mais promissores, entre os quais o nosso.

Os anos 50/60 marcam o início da trajetória de associação/submissão da burguesia industrial brasileira ao imperialismo. O golpe de 1964 representa o aprisionamento do aparelho de Estado por um regime político comprometido com esta relação à qual se articula também o setor produtivo estatal (e o aparelho social do Estado, agora voltado unicamente a apoiar a gestão mais barata da força de trabalho). É a formação do que Peter Evans chamou de "a tríplice aliança" (entre o capital nacional, o capital internacional e o Estado), característica da economia brasileira do período da ditadura militar (e do chamado milagre).

O ciclo expansivo de 1967/74 (prolongado pela política econômica até 1980, através de empréstimos, entrada de capital e investimentos estatais) é marcado também pela expansão do setor produtivo estatal e sua entrada em novas áreas, consideradas de "interesse nacional": a indústria aeronáutica, de armamentos, nuclear. O II PND, de Geisel e Reis Velloso, que pretendia conduzir ao Brasil Potência, trabalhava a expansão de todos os lados do tripé.

Mas o cenário internacional não comportava mais estes planos. O fim da onda longa expansiva da economia imperialista, em 1974/5, fez-se sentir com todo peso na recessão de 1980/82. Em 1981, a economia brasileira entrava em recessão e passava a se sincronizar estreitamente com os ritmos da economia mundial.

O padrão dos anos 80

A crise dos anos 80 é profunda. A taxa média de crescimento anual da economia cai de 7 para 2%. O PIB per capita mantém-se estacionado. A dívida externa e a decisão dos governantes de manter inalteradas as relações com o imperialismo são uma asfixiante camisa de força que reduz em muito as potencialidades da economia brasileira de combater a crise e ampliar sua autonomia frente ao mercado mundial.

Empiricamente, como resposta à crise, foi se alterando o modelo de acumulação, o que permitiu à burguesia brasileira defender-se da crise muito melhor que a burguesia dos demais países latino-americanos (em parte porque a economia brasileira é muito mais desenvolvida que a destes países e a correlação de forças internacional lhe é um pouco menos desfavorável).

O principal traço distintivo desta no-

va situação é a forma como a burguesia se apóia na posição que o Estado dispõe na economia e na sociedade brasileiras para se defender da crise e, neste processo, a articulação do conjunto da economia e da sociedade vai sendo alterada.

É desta ótica que podemos entender uma série de aspectos da economia que temos denunciado: os cortes nas despesas do aparelho social do Estado e a privatização de algumas de suas funções; a transferência para o Estado da quase totalidade da dívida externa contraída pelas empresas privadas; a instituição da ciranda financeira através da comercialização de títulos da dívida pública, visando a rentabilização do capital das grandes empresas fora do circuito produtivo limitado pela crise; a expansão da dívida pública até inviabilizar a manutenção de investimentos no setor produtivo estatal e o risco de seu sucateamento; o subsídio, por este setor, da iniciativa privada (congelamento de tarifas, contratação de empreiteiras a preços extorsivos, etc); o esforço de privatização das empresas produtivas estatais; em suma, o que chamamos de privatização do Estado.

Saída da crise

A forma como a economia brasileira se estruturou nos anos 80 não pode ser considerada como um padrão duradouro de acumulação para a burguesia monopolista, mas como uma forma transitória em direção a um padrão mais estável de acumulação.

Se isso vai ou não ser alcançado nos anos 90 é uma questão em aberto. E será condicionado por vários elementos: os marcos internacionais da economia (se a tonalidade dominante for mais expansiva ou recessiva e pelo lugar que a economia brasileira passar a ocupar neste quadro); a relação entre as classes (se um regime político conservador for estabilizado ou não, se novas formas de controle social e trabalhista do proletariado forem obtidas e mantidas, etc); e, principalmente, pelo papel que o Estado cumprirá na economia.

A burguesia necessita encontrar novos espaços de acumulação na esfera produtiva. Isso pode ser obtido através do avanço sobre a parcela lucrativa do setor produtivo agora nas mãos do Estado. Dezenas de bilhões de dólares circulam hoje na esfera especulativa, mas a capacidade do Estado manter sua elevada rentabilidade reduz-se cada vez mais pela crise fiscal. É um capital quase fictício que pode perder-se numa bancarrota do Estado ou numa moratória da dívida interna. Este capital (ou pelo menos boa parte dele) terá, cedo ou tarde, que emigrar para fora do país (como foi o caso da Argentina) ou retornar à esfera produtiva.

As privatizações de empresas lucrativas do setor produtivo estatal e de serviços essenciais do setor social antes diretamente prestados pelo Estado (saúde, educação, transporte coletivo), mais do que uma grande negociata para alguns grupos capitalistas é uma necessidade estratégica para a retomada da acumulação na esfera produtiva (o que não significa que as negociatas não continuarão a ocorrer).

Os novos rumos

O setor produtivo estatal será a alavanca fundamental, o principal ponto de apoio econômico para a implementação da política de um governo de mocrático e popular.

O PT propõe à sociedade brasileira um novo padrão de desenvolvimento econômico, anti-imperialista, anti-latifundiário e anti-monopolista, um modelo de desenvolvimento autônomo, que rompa com a sangria da dívida externa, e permita simultaneamente a retomada do desenvolvimento com o combate à inflação e distribuição de renda.

É um modelo de organização da economia que, se implementado, conduzirá a um confronto aberto e global com o capital monopolista, que hoje detém o controle dos principais ramos do sistema econômico (ver matéria das páginas 6 e 7).

Ora, em que setor da economia poderemos nos basear para impulsionar este novo modelo econômico? Se não é nos monopólios, certamente não será nas pequenas empresas, que não podem se constituir no polo dinâmico de uma economia tão industrializada como a nossa. Tampouco será o setor agrícola que gerará o efeito multiplicador capaz de viabilizar um novo ciclo expansivo da economia.

O setor produtivo estatal é a alavanca fundamental, o principal ponto de apoio, no plano econômico, para a implementação da política de um governo democrático e popular.

A reconstituição imediata das condições do Estado empreender investimentos vultosos é decisiva. Isso implica em não apenas romper com a ciranda financeira, mas recuperar pelo menos uma parte dos recursos que foram, ao longo dos últimos anos, transferidos do Estado para o grande capital.

É por esse motivo que um tratamento gradualista na esfera especulativa pode bloquear a recuperação da capacidade de investimento do Estado. Daí a necessidade de uma medida de choque no início do governo que estabeleça regras do jogo as mais favoráveis ao campo popular, com a moratória e renegociação da dívida interna (preservando os ganhos das cadernetas de poupança e a relação com a classe média).

Expansão do Estado

Para além de superar a crise financeira do Estado, operar sua desprivatização e recuperar suas funções de planejamento e orientação da vida econô-

mica, conforme define a resolução do VI Encontro Nacional do PT (na parte "As bases do PAG"), podemos prever um processo de substancial **expansão do setor produtivo estatal**, que assumirá as áreas em que o boicote dos monopólios criar problemas (que podem conduzir a nacionalizações/encampações/expropriações), de um lado, e cujos investimentos ocuparão o terreno aberto pelo recuo dos investimentos privados (principalmente dos grandes monopólios, porque buscaremos estimular a atividade econômica dos pequenos proprietários), de outro.

É já previsível, neste cenário, inclusive que o Estado tenha que intervir ativamente em áreas de aguda repercussão social, como a intermediação de alimentos ou bens de consumo de massa (contra as redes de supermercados, atravessadores e grandes atacadistas), face à ameaças de desabastecimento, com a expansão de sua própria rede de intermediação.

E é previsível, também, a expansão do aparelho social do Estado, que gerará uma demanda de serviços em áreas como a construção civil, que não tem porque ser repassada às grandes empreiteiras, mas que pode e deve, dentro de uma ótica anti-monopolista, ser atendida pela entrada do Estado nesta área.

Controle social

O que torna as atividades estatais ineficazes, pouco produtivas, marcadas pelo desperdício, a corrupção e o empreguismo, é a ausência de controle social.

As observações clássicas do marxismo são, nestas horas, particularmente úteis: o Estado caracteriza-se, antes de mais nada, como um conjunto de funcionários e burocratas que, cumprindo tarefas necessárias à sociedade, elevam-se acima dela e escapam a seu controle, passando a oprimi-la (aí se destacando o seu núcleo duro, o "bando de homens armados" que monopolizam os meios de coerção).

A propriedade estatal é a condição necessária, mas não suficiente da socialização. O controle efetivo e cotidiano pela população e os trabalhadores organizados é que viabiliza este processo.

Na sociedade socialista pela qual lutamos, a maior parte das atribuições e do poder de decisão que hoje são mo-

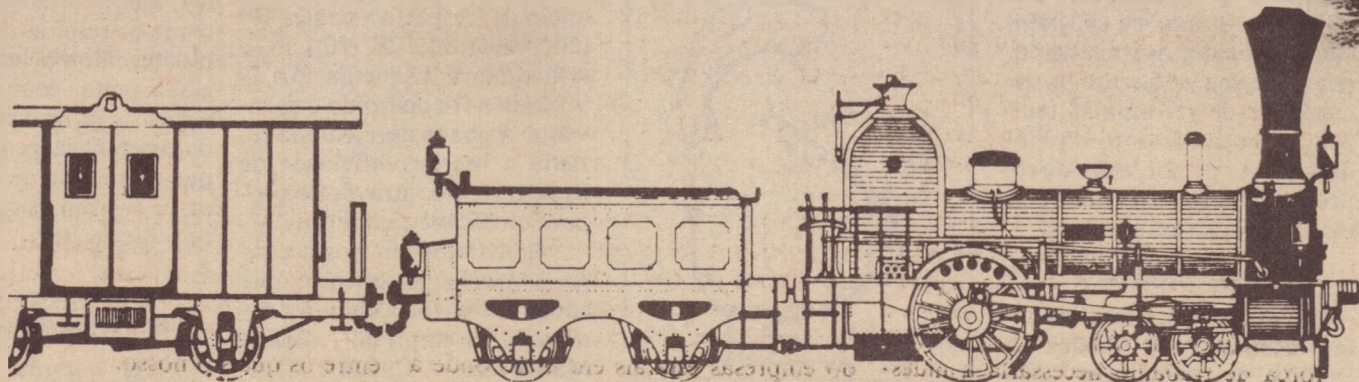
nopolizados por funcionários e especialistas do Estado serão reapropriadas pela própria população, serão efetivamente socializadas. Este é o único sentido possível, não romântico ou anarquista, da fórmula de "extinção gradual do Estado", numa situação onde temos a expansão dos serviços públicos e do setor produtivo de propriedade coletiva, ao lado da redução das estruturas de dominação (em particular de coerção, o "bando de homens armados").

O elemento mais valioso na luta pela defesa das estatais que hoje travam os trabalhadores da CSN, da Mafersa, da Rede Ferroviária, da Petrobrás e de muitas outras empresas não é seu traço nacionalista nem a defesa da propriedade pública (que é muito importante). É o seu potencial (e, em alguns casos, as medidas práticas) de instauração de mecanismos de controle operário e pelos próprios trabalhadores destas empresas, seus primeiros movimentos no sentido da sua autogestão.

Um governo democrático e popular se constituirá em um instrumento de alteração da correlação de forças, em uma alavanca da luta pela conquista do poder e a construção do socialismo se puder generalizar a formação de mecanismos de controle social sobre o Estado, a prática do controle operário e impulsionar a auto-organização nos locais de trabalho.

O controle operário somado a outros mecanismos de controle social sobre o Estado (por parte da "sociedade civil", das associações profissionais e de moradores, das centrais sindicais, dos movimentos sociais) permitirá que a expansão das atividades do Estado não seja acompanhada de um crescimento do burocratismo, mas antes de sua redução. E, na medida em que as condições o propiciarem, os elementos possíveis de controle operário devem ser introduzidos também nas grandes empresas privadas, transformando a luta antimonopolista em tarefa cotidiana de milhões de trabalhadores brasileiros.

A política estatizante do PT será, nestas condições, a preparação para a negação do "estatismo" na transição ao socialismo, negação conduzida não pelos mecanismos de mercado e a propriedade privada, mas pela livre atuação dos "produtores associados".



Rio Grande do sul

Uma experiência avançada de democracia sindical

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados do RGS organiza comitês de empresa, devolve o imposto sindical e elege diretoria com base no princípio da proporcionalidade plena.

Márcia Camargo

A Diretoria eleita no Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados de Rio Grande do Sul é fruto de um processo eleitoral com regras inéditas: a composição da diretoria e conselho fiscal foi proporcional à votação obtida pelas chapas, na eleição. Além disso, a diretoria plena do Sindicato será composta pelos treze membros da diretoria executiva, sete do conselho fiscal e mais os diretores de base.

Esta experiência de democracia sindical começou com um trabalho de organização das comissões por empresa em 1986. Na base estão cerca de 4.500 trabalhadores, distribuídos entre as empresas Banrisul Processamento Meridional Informática, Serpro, Procergs, Datamec, Dataprev, Procempa, Aplub e Direção, além de outras pequenas empresas. As comissões de empresa foram implantadas na maior parte delas, tendo estabilidade acordada em dissídio no Meridional, Serpro, Datamec, e Dataprev. Nas outras há uma garantia política, não formalizada, da imunidade dos representantes dos trabalhadores.

As comissões de empresa são eleitas em assembleias gerais dos funcionários e possuem um regimento de funcionamento que prevê funções, normas de eleição e demissão dos representantes, adequadas à realidade de cada local. Depois de dois anos de experiência acumulada, os trabalhadores passaram a discutir a necessidade de reformular também o funcionamento do Sindicato. A democracia direta praticada nas comissões de empresa mostrou eficiência.

Novos estatutos

Em assembleia geral, em julho deste ano, os filiados do SINDPPD decidiram pela

adoção da proporcionalidade na composição da diretoria da entidade. Junto com isso, estabeleceram as instâncias: diretoria executiva (treze efetivos e treze suplentes), conselho fiscal (sete) e diretores de base, eleitos proporcionalmente ao número de filiados ao Sindicato em cada empresa e por região. Este colegiado (26 + 7 + diretores de base) atuam como direção plena.

Os novos estatutos prevêem também o encaminhamento de proposta orçamentária, estruturação funcional e planos mais amplos de ação sindical e política à deliberação de assembleia geral.

O presidente, Mario Teza, do Serpro, explica: "assim, mesmo uma corrente minoritária pode se expressar cotidianamente na ação do sindicato. É um processo que combina várias formas de participação e valoriza a militância".

A proporcionalidade aplicada à formação da diretoria abrange todas as instâncias. Há um quorum mínimo de 20% de votos para a representação.

"Da eleição de 86 para esta de 89, dobrou o número de participantes", diz Mario Teza. "De 2.500 companheiros aptos a votar tivemos a participação de 2.070."

A disputa

A assembleia de julho, que alterou os estatutos, foi prece-



didada de discussão na base e formação de uma comissão para elaborar propostas. "Ainda em julho havia setores, mesmo entre companheiros da CUT, que temiam a decisão de aplicação da proporcionalidade para a formação da diretoria. Argumentava-se que isto poderia abrir espaço para a direita, setores não vinculados à CUT. Na realidade, disputaram duas chapas, ambas da CUT. A Chapa 1, "Oposição de Luta e Pela Base", encabeçada por Mario Teza, teve 70% dos votos válidos. Esta chapa é composta por companheiros das correntes Democracia Socialista, Convergência Socialista, Nova Esquerda, todas do PT, e companheiros do PCB. A Chapa 2, Frente Sindical, era composta pela Articulação.

A Chapa 1 distinguiu-se pe-



lo apoio das comissões de empresa, sendo indicada em uma convenção com 135 participantes. As listas receberam apoio de, respectivamente, DS (50 presentes), CS (50), PCB (14) e Nova Esquerda (5). O programa foi discutido e aprovado. A chapa apresentada refletiu a representatividade de cada corrente, através de proporcionalidade qualificada.

"Refletimos em nossa chapa a mesma experiência que construiu e fortaleceu as comissões de empresa", explica Mario Teza. A Chapa 2, da si-

tução, isolou-se e afirmou sempre "dificuldades e temores" frente às propostas de



reestruturação do sindicato. Contraditoriamente, a base organizada nas comissões de empresa já conhecia e confiava na construção de um processo de democracia mais avançada.

A filiação à CUT

No processo de filiação à CUT, em 1988, o SINDPPD já se distinguira de outros sindicatos. A questão foi decidida em plebiscito, com três propostas debatidas na imprensa do sindicato com espaço igual para expressar-se: filiação à CUT, filiação à CGT ou Congresso Sindical Unificado (proposta do PCB).

A proposta de filiação à CUT foi amplamente majoritária e "a forma participativa como se desenrolou o processo garantiu o reconhecimento tão forte da categoria hoje em relação à CUT", diz Mario Teza. Como em outros sindicatos, mesmo a direção da CUT temia os resultados de um plebiscito e houve inclusive posicionamento contrário defendendo a já tradicional forma da assembleia geral. O fato é que o processo de organização na base criou as condições para o plebiscito.

Sindicato independente

Estas questões tocam um

ponto essencial da discussão da vanguarda sindical classista: por onde passa a construção da autonomia dos sindicatos, da auto-organização dos trabalhadores? Mesmo a CUT, que estabeleceu um novo patamar de organização sindical dos trabalhadores brasileiros, colocando-a em marcos combativos e autônomos, tem sido tímida frente ao desafio da construção da independência sindical e auto-organização, fundada na organização direta dos trabalhadores em cada empresa.

O SINDPPD tem em caixa, em 25 de outubro, 128 mil cruzados. Destes, vai devolver 40 mil aos trabalhadores, creditando em conta bancária a parcela correspondente aos 60% arrecadados de 87 a 89. Trata-se do imposto sindical arrecadado compulsoriamente de todos os trabalhadores e distribuído pela estrutura oficial. Os sócios do SINDPPD contribuem com 1% de seu salário, mensalmente, voluntariamente, ao sindicato. Em época de dissídio, delibera-se percentuais específicos, em assembleia geral.



"Nosso sindicato é jovem, como a categoria, e temos pouca estrutura. Por um lado, é nosso objetivo capacitar o SINDPPD para a luta, portanto temos de investir em som, carro, imprensa, vídeo. Estamos fazendo isso aos poucos. Por outro lado, não temos de sustentar uma estrutura assistencialista e uma burocracia herdada. Assim, vamos em frente!", explica Mário Teza.

Metalúrgicos / São Paulo

Começou a grande batalha sindical

Em discussão o processo complexo de unificação das várias correntes de oposição a Luiz Antônio Medeiros.

O 5º Congresso da CUT Regional da Grande São Paulo, em maio de 1989, depois de traçar o perfil político e moral de Luiz Antônio Medeiros, patrono do "sindicalismo de resultados" ou "sindicalismo de negócios", decidiu que "é tarefa da CUT derrotar essa política e seus representantes". Isto significa, na prática, alijar os pelegos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo nas próximas eleições, no início de 1990. A CUT está mostrando aos metalúrgicos e a todos os trabalhadores a importância da campanha — "o peso deste Sindicato é determinante não só no quadro sindical como também no quadro político do país".

Para cumprir essa resolução, acaba de ser dado o primeiro passo da campanha sindical mais importante do Brasil. Foi a assembléia e debate promovida pela CUT Regional GSP, em sua sede, tendo em vista acelerar o processo já iniciado de unificação dos esforços das diversas tendências e correntes de oposição metalúrgica.

Coodenou os trabalhos o presidente Luiz Carlos Laurindo (Luizinho). Os debatedores foram Vital Nolasco, Paulo Pazim e Francisco de Souza, cujas exposições foram discutidas e suscitaram numerosas perguntas do plenário atento e interessado. A ausência de Lúcio Bellantani foi interpretada por todos como ocasional e não diminuiu a confiança na contribuição construtiva dessa liderança na construção da uni-



Medeiros: deduração e três mil delegados nomeados nas fábricas

dade e ação independente dos metalúrgicos.

Ação planejada

As intervenções e o vivo debate das proposições levantadas demonstraram que o processo de unificação da oposição metalúrgica corresponde aos desejos e aos interesses da categoria. Trata-se, portanto, de uma ação consciente e planejada com base na realidade. Não consiste apenas de uma simples manifestação de boa vontade. Não é um sonho, é uma necessidade, porque as reivindicações prementes desta hora exigem unidade combativa. Ficou claro que a confiança das massas metalúrgi-

cas na oposição depende da sua coesão e unidade de todos os que condenam a subordinação do Sindicato à FIESP.

De saída, já era possível registrar uma franca convergência de pontos-de-vista e objetivos das diversas correntes. Todas elas mantiveram sua própria identidade política e orgânica. Ao mesmo tempo, progrediram na capacidade de abraçar uma tarefa comum e usar uma linguagem comum.

Combinando-se com o sentimento unitário que vem da linha de produção na fábrica está a experiência e o aprendizado da atual luta eleitoral pela vitória do candidato dos trabalhadores, o Lula. A assembléia foi unânime em as-

sinalar que o sindicalismo com independência de classe não é "neutro" politicamente. Entre um candidato operário e um candidato da burguesia, não há vacilação possível nem é admissível qualquer "neutralidade".

Perfil do inimigo

A definição do inimigo a enfrentar e derrotar também se apóia na experiência dos próprios trabalhadores. Todo o mundo viu como Medeiros se empenhou em semear o logro do "pacto social", em conluio com os patrões e o governo. Não é por acaso que a grande imprensa burguesa lhe abre espaço e o elogia a toda hora.

O retrato de Luiz Antonio está no elogio do policial Romeu Tuma e se completa na vergonhosa atuação de levar o reacionário Collor às portas das fábricas em viaturas do Sindicato — uma traição à classe operária. Quando houve a invasão militar em Volta Redonda e foram assassinados três metalúrgicos, o agente da burguesia Luiz Antonio Medeiros tentou cinicamente responsabilizar a CUT. Ao mesmo tempo, é esse "sindicalismo de negócios" que denuncia lideranças operárias combativas nas fábricas e leva provocadores, desordeiros e espancadores para tumultuar assembléias sindicais.

Esse lixo precisa ser varrido do Sindicato dos Metalúrgicos.

Campanha nacional

O debate deixou claros os seguintes pontos e tarefas:

— A unidade em construção é uma unidade de toda a oposição, incompatível com qualquer participação em quaisquer "convenções gerais" promovidas pela máquina do pelegão Medeiros. Mais ainda: desta vez, a oposição está decidida a construir uma unidade que vai além de suas próprias fileiras, mas inclui a nova geração que está entrando em combate.

— A campanha não deve ser só dos metalúrgicos, mas de todos os trabalhadores, em todo país. Organizar pelo Brasil afora comitês operários e sindicais de apoio à Oposição Metalúrgica de São Paulo.

— Começar logo, para não ser atropelado pelos acontecimentos. Fazer de imediato o mapeamento das fábricas — grandes, médias e pequenas. Soltar material unificado sem tardança, mostrando que estamos juntos. Mais debates com divulgação ampla. Superar a dispersão da oposição. Acabar com o sectarismo da disputa pela disputa, formando uma chapa no campo da CUT, reduzindo o espaço político dos patrões e seus pelegos.

Foi dada a partida (I.A.)

UNIDA, A OPOSIÇÃO VENCERÁ

exemplos de deduração da diretoria. Ao mesmo tempo, três mil "delegados sindicais" são nomeados arbitrariamente por Medeiros para substituir e destruir a organização no local de trabalho.

Não podemos permitir que nosso Sindicato seja submetido ao controle e orientação da FIESP. Somos uma categoria de quase 400 mil trabalhadores distribuídos em onze mil fábricas na cidade de São Paulo. Contamos com cerca de 135 mil sócios. A máquina do Sindicato tem uns 600 funcionários, 120 assessores de portas de fábricas, 50 carros (20 com som), quatro subdesdes. O ambulatório médico atende mais de 2.000 pessoas por dia e distribui remédios de graça. A sede é própria, além da escola em construção, um sítio em Mogi das Cruzes e uma Colônia de

Férias na Praia Grande.

Maior do que o patrimônio é o peso sindical e político deste que é o maior sindicato no seio da maior concentração operária da América Latina. A pretendida "força" de Medeiros é fabricada pela imprensa burguesa em retribuição aos serviços que ele vem prestando aos capitalistas. Mas em grandes fábricas, durante as greves, ele perde as votações de assembléia. Em outras, os trabalhadores se recusam a procurar a diretoria para organizar suas greves. Muitas CIPAs têm sido conquistadas pela CUT em oposição aos indicados por Medeiros. Este movimento tem a CUT como referência, mas é muito mais amplo do que a Oposição.

Medeiros sente o desgaste e apela para o artifício de uma "convenção de toda a catego-

ria". Não dá para aceitar. A CUT não pode diluir-se numa aliança com quem tem sido porta-voz dos patrões.

Sabemos que o processo da eleição de 1987 foi desgastante por causa do sectarismo de todas as posições envolvidas na disputa. Estamos todos empenhados sinceramente na superação desse resíduo negativo. Ainda não vencemos a dispersão, muitos militantes ainda estão desarticulados. Ainda não conseguimos atingir a totalidade das fábricas.

Apesar disto, os metalúrgicos da CUT avançaram. É importante o aprendizado político da campanha eleitoral em curso. A disposição dos metalúrgicos é de mudança, o que se reflete no apoio à candidatura Lula.

Se nos unirmos, podemos vencer. Venceremos.



Francisco de Souza

É muito forte, nas fábricas, a cobrança de uma chapa única da Oposição. A vitória da Greve Geral, as centenas de lutas da categoria, o violento arrocho salarial, levaram os metalúrgicos a um choque com a política do "sindicalismo de resultados".

A tática de Medeiros, greves isoladas por fábrica, cumpre o papel de destruir as organizações fabris e visa expor à vingança patronal os militantes da oposição. São inúmeros os

O desafio do poder local

As constituintes municipais vão ser palco de intensa disputa entre as elites locais e o campo popular. O projeto petista busca modificações importantes, correspondentes às novas relações de forças aí estabelecidas.

Félix Sanches * e
Italo Cardoso **

A té o dia 5 de abril de 1990, todos os municípios do país estarão realizando o processo de elaboração de sua Lei Orgânica. Fato inédito na política brasileira desde 1828 (com exceção do Rio Grande do Sul), a recuperação da capacidade de auto-organização dos municípios resultou das deliberações da Constituinte, de 1987/88.

Para o Partido dos Trabalhadores que dirige 36 Prefeituras em todos o país, e entre elas algumas das maiores e mais importantes, a instalação de Constituinte Municipais representa um desafio único, pois trata-se de inscrever na Constituição Municipal elementos de uma institucionalidade mais adequada aos objetivos e metas do governo democrático-popular que o PT vem implantando nas cidades sob sua direção.

Conspira contra tal possibilidade a parcela limitada de poder atribuída ao município, assim como a hegemonia política e ideológica da burguesia no poder do Estado. Esta limitação se traduz no cerco que as administrações democráticas e populares vêm sofrendo dos meios massivos de comunicação, das Câmaras Municipais submetidas à influência conservadora dos partidos burgueses; dos Tribunais de Contas, do Judiciário; das instâncias federal e estadual do governo; e, também, do alto escalão da burocracia municipal — secularmente comprometida com os interesses das classes dominantes.

Ao mesmo tempo, o primeiro ano de governo das prefeituras petistas vem evidenciando a capacidade de polarizar e hegemonizar amplas camadas da população exploradas e oprimidas e que começam a ser conquistadas politicamente através dos programas de participação popular, elevando os níveis de consciência e de orga-

nização do movimento popular urbano.

Desenha-se, assim, em torno das Constituintes Municipais um processo de disputa entre o campo burguês e popular que pode servir à educação política e à conscientização de largos setores do movimento de massas. Disputa que é potencializada pela competência que tem o município para legislar sobre assuntos de interesse local entre os quais o planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; a prestação de serviços públicos essenciais tais como transporte, limpeza pública, saúde e educação. Tais competências dos municípios têm fornecido elementos para a emergência dos movimentos populares, que reivindicam a extensão de serviços urbanos fundamentais ou o direito a moradia.

Temas explosivos

Longe de tratar questões abstratas ou de reduzida importância, caberá às Constituintes Municipais e às Leis Orgânicas por elas votadas o tratamento de assuntos historicamente explosivos na cidade, como o trabalho ambulante, a regularização de loteamentos clandestinos, a privatização ou estatização de serviços públicos fundamentais, a tributação progressiva sobre terrenos vazios, a desapropriação por interesse social, a preservação e recuperação de reservas florestais, mananciais e o meio ambiente em geral.

Igualmente caberá à Lei Orgânica legislar sobre matérias de cunho diretamente político, tais como a organização dos poderes no município. Isto é, a regionalização administrativa e política da cidade e a descentralização conseqüente dos serviços; as atribuições do prefeito e das Câmaras de Vereadores frente às Suprefeituras e Conselhos Populares e outras instâncias de participação popular.

É fundamental, por isto, que o PT e as administrações

democráticas e populares consigam produzir um projeto de Lei Orgânica que, adequado às particularidades do município, possa servir de instrumento de disputa política e ideológica com as elites políticas burguesas e de ampliação da base social de sustentação do governo democrático popular.

As linhas básicas de tal proposta de Lei Orgânica podem ser:

1) aumento do controle social sobre os governantes e a máquina burocrática do Estado, que significa promover a participação dos consumidores e dos produtores dos serviços municipais no planejamento, gestão e controle das ações; assim como numa ampla reformulação dos procedimentos administrativos destinados a democratizar radicalmente as informações dos cidadãos sobre as questões de competência municipal.

Neste ponto, são importantes as iniciativas relacionadas com a participação popular e dos servidores municipais nas várias instâncias do governo e da máquina; assim como as formas de descentralização e regionalização do poder.

2) Fortalecimento do poder local, que significa propor formas de participação da população no processo de tomada de decisões, como meio de democratização radical das relações entre a sociedade e o Estado, como veículo de socialização política à escala massiva e como estímulo à organização independente do movimento operário e popular.

Isto supõe introduzir na Lei Orgânica elementos que permitam a constituição de governos locais (distritais ou regionais) sob a forma de subprefeituras que garantam a aproximação do fóro de decisões governamentais aos cidadãos como forma de tornar efetiva formas de participação popular, como os Conselhos Populares, Conselhos Regionais ou Câmaras de Representantes locais. Ao mesmo tempo, o for-



talecimento do poder local é instrumento que estimula a participação direta da população nos negócios públicos.

3) Recuperação, por parte do município, da capacidade de produção direta de serviços, frente à onda neoliberal que aprofunda o colapso da capacidade do poder público de fornecer serviços essenciais com qualidade para a população. A progressiva privatização dos serviços públicos, inclusive os municipais, tem levado ao aumento das desigualdades sociais e culturais, elevando a carga de discriminação e marginalização sobre o movimento operário e popular.

Desta perspectiva, a recuperação da produção direta de serviços, vinculada à elevação do controle social sobre o Estado e ao fortalecimento do poder local, significa ampliar poder de tributação e de fiscalização do município como instrumento indireto de redistribuição de renda, "combatendo as causas da pobreza e os fatores de marginalização e

promovendo a integração social dos setores desfavorecidos" (Constituição Federal, art. 23 inc. X).

4) Reversão da atual estrutura urbana segregada e injusta que exila o trabalhador em áreas centrais deterioradas ou periféricas desurbanizadas, através de instrumentos que viabilizem a função social da propriedade e uma nova política fundiária e imobiliária, que significa incorporar à Lei Orgânica dispositivo que viabilizem uma política urbana que assegure: urbanização e regularização fundiária de favelas; regularização de loteamentos clandestinos; prestação de serviços às camadas populares independente da legalidade de seu assentamento; o apoio à criação de cooperativas e outras formas associativas que objetivem programas comunitários; amplo acesso da população às informações sobre terras públicas e sua destinação; participação social ampla no estabelecimento das diretrizes e metas do Plano Diretor e no controle de sua execução.

Grandes oportunidades

As linhas básicas para a Lei Orgânica não podem ser entendidas apenas como um instrumento de debate parlamentar. Nas cidades dirigidas pelo PT o projeto de Lei Orgânica, sua elaboração, e sua disputa no interior das Constituintes Municipais pode servir a vários objetivos, entre os quais:

1) a elaboração mais precisa do programa de governo democrático-popular. São conhecidas as limitações da elaboração do partido sobre a questão urbana, fundamentalmente no que tange à formulação de um diagnóstico sócio-econômico e político capaz de alicerçar um plano de prioridades do governo;

2) a demarcação, no terreno da disputa, de um campo de alianças capaz de construir uma identidade democrático-popular em contraposição aos interesses das diversas frações do capital, do setor imobiliário, industrial, por sua relação predatória e discriminatória com a cidade e seus habitantes.

Conflitos

O processo constituinte municipal é importante também porque, no caso das Administrações petistas, o mais provável é que as bancadas dos partidos burgueses atuem em bloco com o objetivo não apenas de inviabilizar os avanços no sentido de uma maior participação e controle social sobre os governantes e a máquina, mas de esterilizar e inviabilizar as próprias Administrações petistas.

Isto recoloca a necessidade do Partido buscar a integração plena da bancada, das estruturas partidárias municipais e do governo no sentido de promover uma ampla campanha, massiva, de debate do projeto de Lei Orgânica, visando pressionar a Câmara de Vereadores, e promovendo a formação de um amplo consenso social em torno do nosso projeto de um novo governo municipal.

A exigência constitucional de 2/3 de votos é um elemento que torna difícil a aprovação de matérias que possam afetar a ordem e o poder estabelecidos na cidade. No entanto, é preciso atentar para a potencialidade aberta pela conjuntura constituinte e para os saldos políticos e organizativos que dela é possível retirar. Trabalhando por dentro da institucionalidade burguesa, tensionando ao máximo os limites do direito burguês à justiça, à liberdade e à igualdade, as administrações municipais petistas podem usar no debate sobre uma nova institucionalidade para o município dos poderosos instrumentos de que possui para promover uma campanha de politização e de conscientização numa escala antes nunca vista, fortalecendo a organização e a consciência socialista do movimento popular e operário.

* Félix é assessor da Secretaria das Administrações Regionais de São Paulo.

** Italo é operário químico e vereador do PT em São Paulo.

A meta das subprefeituras

São Paulo, Porto Alegre, Campinas, Vitória, Santos, São Bernardo, Santo André e Diadema são algumas das metrópoles e grandes cidades dirigidas pelo PT. Nelas o processo de elaboração da Lei Orgânica colocada de forma candente o problema da organização dos poderes no município.

A questão que se coloca claramente do ponto de vista da implantação de um governo democrático popular é responder à questão: qual é a radicalidade com que deve ser levada a proposta de descentralização política e administrativa e de regionalização das agências e serviços municipais, através da criação de governos locais, como as subprefeituras, podendo incorporar Conselhos de Representantes por Regiões ou distritos.

A atual estrutura de governo privilegia modelos centralizadores, em nada abertos ao controle social nem dos servidores públicos nem dos cidadãos em geral. Elas se apresentam como instâncias fechadas dentro de uma malha burocrática secularmente construída para o favorecimento das elites políticas burguesas, dos grupos capitalistas assentados na cidade.

São Paulo

O debate que se coloca com a instalação das constituintes municipais diz respeito a uma série de temas cuja elucidação senta as bases para o modelo de gestão democrático-popu-

lar de cidades metropolitanas.

É o caso de São Paulo, onde a elaboração do projeto de Lei Orgânica coincide com um rico processo de debate sobre o problema da regionalização, e descentralização e democratização da Prefeitura. Trata-se de implantar na cidade processos de gestão, de planejamento, controle e ação que impulsionem a territorialização das ações do governo. Isto significa subdividir a cidade em unidades territoriais menores com o objetivo de implantar ali governos locais.

Para uma cidade com doze milhões de habitantes, a escala do governo local e da unidade territorial de participação define o grau e a qualidade da participação popular na tomada de decisões governamentais.

Hoje, a cidade de São Paulo se encontra dividida em vinte regiões administrativas que não guardam correspondência com a estrutura de distritos e subdistritos existente, abrangendo uma população que oscila entre meio e um milhão de habitantes. As discussões desenvolvidas têm caminhado no sentido de definir o território das subprefeituras como aquele suficientemente grande para suportar uma vida política rica e diversificada que supõe a existência de uma heterogeneidade econômica e social com a presença das principais organizações partidárias e de classe.

Governos locais

Exclui-se assim as propos-

tas, uma delas defendida pelo PSDB, de divisão do governo que inviabilizaria uma interferência real da população nos assuntos de governo. A proposta do PSDB contempla a divisão da cidade em 35 subprefeituras. Tal desenho da regionalização viria a reforçar as máquinas clientelistas baseadas na ausência de fiscalização e controle da população sobre os serviços em nível local.

De outro lado, é preciso criticar as propostas que reduzem drasticamente o número de sub-regiões, aumentando sua abrangência territorial (como por exemplo a idéia de se ter em torno de 5 subprefeituras — Norte, Centro, Sul, Leste I e II). Trata-se de uma proposta que incorre no erro de violentar o elemento histórico-cultural do assentamento da população em bairros e regiões paulistanas, além de formar as estruturas de poder local mais distantes do cotidiano da população e, portanto, mais permeável a alguns mecanismos de controle social que vêm sendo esboçados.

Por isso, a decisão sobre a criação das subprefeituras e dos territórios correspondentes pode tomar a atual divisão administrativa de vinte regiões, as quais compreendem áreas de assentamento tradicional, dotadas de uma grande identidade social, política e cultural, capaz de fornecer um dos alicerces imprescindíveis para a constituição efetiva de governos locais.



Nestes últimos meses, impotentes e paralisados pelo pânico, apesar de sua aparente impassibilidade, os dirigentes da Alemanha Oriental assistiram a fuga, rumo à Alemanha Ocidental, de cinquenta mil jovens nascidos nesta "República de operários e camponeses". Além disso, pela primeira vez depois da greve geral de 1953 apesar das ameaças, dezenas de milhares de pessoas ousaram desafiar as autoridades e saíram às ruas cantando a Internacional, em Berlim-Leste, em Dresden, em Leipzig. O Partido comunista alemão-oriental (Partido socialista unificado, SED), ferozmente hostil a qualquer glasnost até agora, parece acusar o golpe recebido e, pela primeira vez, fala da "necessidade de reformas"...

Hans Jürgen - Schultz

Manifestações espontâneas ocorreram a partir do momento em que a polícia se retirou para os quartéis. Foram violentamente dispersadas e milhares de participantes foram presos. Mas já no dia seguinte, dez mil pessoas voltaram às ruas de Berlim e Dresden, enquanto os manifestantes chegavam a setenta mil em Leipzig. Em uma dezena de cidades, pelo menos 120 mil pessoas, talvez 150 mil, tomaram parte nas manifestações. Estes acontecimentos criaram uma situação nova na República Democrática Alemã (RDA).

Até agora, os dirigentes vinham tratando com desdém qualquer reforma. Referindo-se às reformas na URSS, Kurt Hager, membro do Burô Político do SED argumentava que, não é porque o vizinho muda o tapete em casa, que alguém é obrigado a fazer a mesma coisa em seu lar. Em sua opinião, na RDA, as reformas já tinham sido desenvolvidas há muitos anos e, portanto, agora seriam supérfluas.

Efetivamente, a RDA pode se orgulhar por ter o mais elevado nível de vida entre os Estados do "socialismo realmente existente". Nos últimos anos, segundo as estatísticas oficiais, o Produto Nacional Bruto aumentou 4,4%. Portanto, não está na situação econômica a origem do atual mal estar.

Entretanto, cada alemão oriental compara seu nível de vida com o de seu vizinho da RFA que viveu, depois da Guerra Mundial II, as mais favoráveis condições de desenvolvimento. Esta disparidade deveria ter sido superada há muito tempo, mas a burocracia sufocou a expansão das forças produtivas. Na RDA, a produtividade atinge apenas 60% do nível alemão ocidental. Somente no período mais recente é que se verificou um certo aumento da produtividade.

"Socialismo pouco atraente"

Um tal "socialismo" não pode ser atraente. Conquistas sociais importantes sem o acesso aos bens de consumo ele-

mentares, à moradia e aos transportes a preços econômicos, bem como a garantia do trabalho, não alteram o quadro.

O que é decisivo é a ausência de liberdade. As massas não podem influenciar nem as opções econômicas nem a vida pública. Os que se opõem são deslocados e excluídos, sem a menor possibilidade de encontrar trabalho.

Esta repressão impregna cada aspecto da vida social, para impor pela força e adaptação das pessoas às relações sociais dominantes e desse modo sufocar toda possibilidade de oposição. Os "inadaptados" não podem escapar ao peso da domi-

IMPRESSO

República Democrática Alemã

Revolta dos excluídos



nação estatal. Nos anos setenta eram condenados a dez anos de prisão. Mais recentemente, a pena foi reduzida para três anos. Depois de algum tempo, a maior parte dos que não podem ser integrados nesta forma de "socialismo" são expulsos para a Alemanha Ocidental. São algumas milhares de pessoas por ano.

Era um meio que permitia amortecer tensões sociais. Nesse contexto, não pôde ser criada nenhuma oposição organizada, antes dos últimos anos da década de setenta. As coisas começaram a mudar graças à influência de certos movimentos políticos no Ocidente. Desse modo, constituíram-

se grupos com referência no pacifismo e na ecologia. Foram capazes de reunir até cinco mil pessoas nos locais de trabalho. É certo que tais movimentos foram debilitados pela repressão, pelas expulsões ou pelas saídas do país, mas conseguiram manter-se e tiveram uma forte radicalização política. Entretanto, até a última semana permaneceram totalmente isolados.

Somente idiotas poderiam acreditar que a realidade atual permaneceria eternamente imóvel. As reformas na União Soviética, na Polônia e na Hungria suscitaram a esperança de que os dirigentes da Alemanha do Leste poderiam seguir o mesmo exemplo. Num primeiro momento, o desespero provocado pelo imobilismo dos dirigentes traduziu-se no desejo de fuga em massa (um movimento que atingiu 1,5 milhão de pessoas, quase um décimo da população. Mas ao mesmo tempo a contestação se ampliava.

Oposição se organiza

Os mais jovens saem à rua para protestar. Seu exemplo prova que é possível resistir. No começo, mobilizaram centenas. Depois, eram milhares. As reuniões de pequenos grupos engendraram as manifestações de massas destes últimos tempos.

Quanto aos grupos de oposição, eles se estabilizaram e, desde fins de setembro, reúnem-se a nível nacional: o "Neue Forum" (Novo Fórum) conseguiu reunir vinte mil aderentes, apesar da proibição oficial; "Demokratischer Aufbruch" (Ruptura Democrática), o Grupo dos Socialistas Democráticos (com cerca de 500 membros) e uns 50 militantes social-democratas.

No confronto com esses movimentos, repetidamente as autoridades reagiram com certa flexibilidade. Fizeram vagas promessas. Certas reformas foram concedidas para desarmar a explosão de uma crise ainda mais violenta, facilitando notadamente as possibilidades de emigração para os que o desejassem.

A direção do SED procura ganhar tempo e impor uma tregua. Ainda é muito cedo para saber se a burocracia leste-alemã está realmente decidida a mover-se no sentido das reformas reclamadas por toda a população. Pela primeira vez, na RDA, uma nova geração teve a coragem de lançar um desafio à burocracia.

É importante organizar, desde já, a solidariedade internacional.

Porto pago

DR/SP	ISR 40-2063/85
DR/RS	ISR 49-083/88

